



MUNICÍPIO DE POMBAL

0016/CMP/20

30-06-2020

**Ata da Reunião Extraordinária da Câmara Municipal de Pombal,
nº0016/CMP/20 de 30/06/2020**

Aos trinta dias do mês de Junho de dois mil e vinte, nesta cidade de Pombal, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, pelas nove horas e trinta minutos, teve lugar a Reunião Extraordinária da Câmara Municipal de Pombal, estando presentes, o Senhor Presidente da Câmara Dr. Luís Diogo de Paiva Morão Alves Mateus, a Senhora Vereadora Dra. Ana Maria Ferreira Pereira Duarte Cabral, a Senhora Vereadora Dra. Ana Cristina Jorge Gonçalves, o Senhor Vereador Dr. Michäel da Mota António, o Senhor Vereador Eng. Narciso Ferreira Mota, a Senhora Vereadora Dra. Odete Alves, o Senhor Vereador Dr. Pedro Brilhante, o Senhor Vereador Dr. Pedro Martins e o Senhor Vereador Eng. Pedro Filipe da Silva Murtinho comigo, Virgínia dos Santos Moderno, Técnica Superior, que secretariei.

De seguida entrou-se na discussão e votação dos seguintes pontos da ordem do dia, relativamente aos quais abaixo se dá por reproduzido o teor das deliberações.

1. Período da ordem do dia

1.1. Obras Públicas e Fornecimento de Bens e Serviços

1.1.1. - Requalificação da Zona de Interface de Transportes - Abertura de Procedimento

Foi presente à reunião a informação de despesa n.º 224/DMOP/20, do Departamento Municipal de Infraestruturas, Obras e Equipamentos, datada de 25.06.2020, que a seguir se transcreve:

"1. FUNDAMENTO DA NECESSIDADE

A necessidade de criar uma ligação interface de transportes através de uma ponte pedonal, entre a Estação da CP e a Central de Camionagem, com ligação à zona central da Cidade.

Neste seguimento submete-se à apreciação de V. Exa. o projeto de execução da empreitada mencionada em epígrafe

2. OBJECTO DA EMPREITADA

Requalificação da zona de interface de transportes.

3. PRÉVIA REVISÃO DO PROJECTO

Procedeu à revisão do projecto de execução, prevista no n.º 2 do artigo 43.º do CCP.

4. VOCABULÁRIO COMUM PARA OS CONTRATOS PÚBLICOS – CPV

Vocabulário Principal – 45221113-7 – Construção de ponte pedonal.

5. PREÇO BASE DO CONTRATO



MUNICÍPIO DE POMBAL

0016/CMP/20

30-06-2020

O preço base é de € 3.969.960,91 (três milhões novecentos e sessenta e nove mil novecentos e sessenta euros e noventa e um cêntimos), mais IVA (€ 238.197,65).

Fundamenta-se o preço base apresentado tendo por referência os preços unitários para este tipo de obra (n.º 3 do art.º 47.º do CCP).

Prevê-se que, considerando o prazo de execução definido em 10., os encargos sejam assim repartidos:

- 2021 - € 2.200.000,00 (IVA incluso);

- 2022 - € 2.008.158,57 (IVA incluso).

6. DECISÃO DE CONTRATAR E DECISÃO DE AUTORIZAÇÃO DE DESPESA

Em razão do preço base, o órgão competente para a decisão de contratar e, por conseguinte, autorizar a despesa é a Câmara Municipal, nos termos do n.º 1 do Artigo 36.º do CCP, conjugado com a alínea b) do n.º 1 do Artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho.

7. FUNDAMENTO DO PROCEDIMENTO DE CONTRATAÇÃO

Concurso limitado por prévia qualificação sem publicação de anúncio no JOUE nos termos da alínea b) do Artigo 19.º do Código dos Contratos Públicos, na sua actual redacção.

8. INSCRIÇÃO NOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS

A obra encontra-se prevista no PPI devidamente aprovado, para o quadriénio 2020 - 2023, no objetivo 2.4.2.2., com a classificação orgânica/económica 02/07.03.03.01 e com o código/ano/numero do projeto/ação 0609/2014/54.

9. ENTIDADES A CONVIDAR

Não aplicável por força do referido em 7.

10. PRAZO DE EXECUÇÃO

Propõe-se o prazo de execução de 660 dias.

11. PROPOSTA DE CRITÉRIOS DE ADJUDICAÇÃO

A adjudicação será feita à proposta economicamente mais vantajosa para a entidade adjudicante, determinada pela modalidade de avaliação do preço ou custo enquanto único aspecto da execução do contrato a celebrar, nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 74.º do CCP.

12. ADJUDICAÇÃO POR LOTES

Não é aplicável a adjudicação por lotes, em virtude de se revelar mais eficiente para a entidade adjudicante a gestão de um único contrato, considerando os imperativos técnicos de execução, conforme previsto na alínea b) do n.º 2 do Artigo 46.º - A do CCP.

13. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

Para os devidos efeitos, foi tido em consideração o enunciado no Artigo 49.º do Código dos Contratos Públicos.

14. CONSTITUIÇÃO DO JÚRI DO PROCEDIMENTO

Nos termos do n.º 1 do Artigo 67º do CCP, propõe-se a designação do seguinte júri:

- Presidente – Abel Fernando de Meneses Moutinho – Eng.º;

- Vogal efetivo – Artur Jorge Patrício Gaspar – Eng.º;

- Vogal efetivo – Nuno Alexandre Duarte da Mota – Eng.º;

- Vogal suplente – Stephanie Gonçalves Rodrigues – Eng.ª;

- Vogal suplente – Maria da Conceição M. Marques Baptista – Eng.ª;



MUNICÍPIO DE POMBAL

0016/CMP/20

30-06-2020

- Vogal suplente – Jorge Manuel Melo Maia e Sá – Eng.º;
- Vogal suplente – Catarina das Neves Ferreira – Eng.ª;
- Vogal suplente – António José Sá Santos – Assistente Técnico
- Vogal suplente – Luis Filipe Rolo Gameiro – Coordenador Técnico;
- Vogal suplente – Júlia Paula Baptista Gaspar Póvoa – Assistente Técnico;
- Vogal suplente – Cristina Maria Carvalho Marques – Assistente Técnico;
- Vogal suplente – Dulcília Silva Olaio Jordão – Assistente Técnico.

15. DELEGAÇÃO NO JÚRI

Propõe-se ainda, com fundamento no n.º 2 do Artigo 69.º do CCP, que seja delegada no Júri, a prestação de esclarecimentos às peças do procedimento, nos termos da alínea a) do n.º 5 do Artigo 50.º do citado Código.

16. GESTOR DO CONTRATO

Conforme previsto no Artigo 290.º-A do CCP, deve o contraente público designar um gestor do contrato, com a função de acompanhar permanentemente a execução do mesmo, propondo-se para o efeito o Eng.º Artur Jorge Patrício Gaspar.

17. COORDENAÇÃO DE SEGURANÇA

Nos termos e para os efeitos previstos no Artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 273/2003, de 29 de Outubro, propõe-se que seja nomeado o Eng.º Hugo José dos Santos Maia, como Coordenador de Segurança em projecto, se for o caso, e em obra.

18. ESPECIFICAÇÕES DO PROCEDIMENTO

Anexa-se, para efeitos de aprovação e decisão, projeto de execução, programa de concurso, convite, caderno de encargos.

Acrescenta-se que será da responsabilidade do adjudicatário o cumprimento das condições de execução da obra impostas na licença/autorização a emitir pela Infraestruturas de Portugal, S.A.

À consideração de V. Exa."

Presidente da Câmara Municipal:

“Estamos aqui para a nossa reunião extraordinária de hoje, dia 30, foi justificado oportunamente por que motivos é que precisávamos de a concretizar. Essencialmente, reforço a circunstância de, na sequência do despacho que o Sr. Secretário de Estado da Coesão produziu em maio, estabelecendo os critérios com que os Municípios, nesta fase final de execução dos Planos Estratégicos de Desenvolvimento Urbano, deveriam tomar decisões, e os respetivos compromissos, de maneira a não comprometer o conjunto das operações que estão em execução, e que, como sabem, têm que ter uma execução financeira até ao final de 2023, o que impreterivelmente nos remete para iniciarmos trabalhos, na pior das hipóteses, em janeiro de 2021, se tudo correr como previsto, e em função, evidentemente, também da duração dos cronogramas de cada uma das empreitadas.

Começamos, então, o nosso período da ordem do dia, com o primeiro ponto, não só na sequência da oportunidade que tivemos de receber aqui da “Central Projetos”, o Sr. Eng.º Catarino e o Sr. Arq.º André a apresentarem-nos aquele aspeto global e funcional desta proposta, mas também já depois da oportunidade de publicamente termos essa reunião pública de apresentação e de auscultação do conjunto das propostas. Não



MUNICÍPIO DE POMBAL

0016/CMP/20

30-06-2020

estiveram todos os Srs. Vereadores, mas os que estiveram, testemunharam aquilo que eu vou dizer: de facto, tivemos opiniões de cidadãos que entendem que a passagem pedonal não se justifica, que não é preciso, que não é útil, e outros questionaram aquilo que podiam ser eventuais impactos físicos sobre o Jardim do Cardal – julgo que as respostas dadas pelo Eng.º Catarino e pelo Sr. Arquiteto foram muito elucidativas. Havia também justamente uma preocupação sobre quanto é que custa a passagem pedonal em concreto, e portanto, uma das matérias que foi também aqui explicada pelo Sr. Arquiteto é que é muito difícil estarmos a separar partes de um projeto com aquela dimensão. Mas, o que é certo é que não se trata apenas de uma obra pública no conceito clássico; trata-se de aproximar duas zonas da cidade que atualmente vivem separadas, com um espaço que está muito segregado em função precisamente das acessibilidades que tem, de alterar o número de oportunidades que existem para podermos passar a linha do caminho de ferro, que na nossa cidade são metade das opções que temos, sobre aquelas que correspondem à passagem sobre o Rio Arunca – nós temos dez pontes, em um quilómetro e meio, sobre o Rio Arunca, se considerarmos a ponte da piscina, a ponte da zona desportiva, a ponte pedonal junto à D. Maria, a ponte D. Maria, a ponte do viaduto Guilherme Santos, a ponte da central de camionagem, a ponte da Quinta das Cegonhas, a ponte sobre o Rio Arunca na Nacional 1, ainda a ponte para as margens do Arunca, e ainda a última ponte, na saída norte da zona industrial da Formiga. Ao contrário, passagens da linha de caminho de ferro, eu só conto cinco: a Rua do Cais, o Pelourinho, as Ricardas, a passagem dentro da estação de caminho de ferro, e aquela no final da Rua de Albergaria dos Doze.

Foi justamente reforçado que o potencial populacional da zona compreendida entre o Rio Arunca e a Linha do Norte pode ultrapassar os dois mil cidadãos, em função do volume imobiliário que está aprovado, e as características e tipologias das respetivas habitações, também foi bem enfatizado nessa circunstância, o que assinala aquilo que é, por um lado, o esforço que se procurou fazer para ter melhores acessos para o lado da Nacional 1, criando-se mais uma ponte sobre o Rio Arunca – precisamente a das Cegonhas – alterando a própria fisionomia da central de camionagem, de maneira a que essa circulação rodoviária se pudesse fazer para aceder ao loteamento das cegonhas. Mas, de facto, no que diz respeito às ligações ao centro da cidade, todo esse espaço ficou para segundas núpcias.

Por outro lado, eu julgo que é um espaço também onde, pela confluência de um conjunto de redes de transportes, também podemos afirmar a nossa cidade como aquilo que ela hoje já tem, enquanto nível de procura, em diversas atividades. E portanto, se nós olharmos, não só para a rede ferroviária, e a importância que ela tem sob o ponto de vista regional, mas percebermos também a rede dos transportes públicos municipal, e aquilo que ela deve, no futuro, crescer – já imediatamente com a ampliação para a Freguesia de Pombal, e depois, numa segunda fase, optando-se por ter um sistema diferente daquele que hoje nos é oferecido pela rede de transportes concessionada – depois, a integração com a própria rede ciclável, que teve ocasião também de ser apresentada, e de dar àquele lugar um papel decisivo nessa distribuição e na multimodalidade que sempre existe – e esse é o espírito principal com que este projeto foi construído – para que seja, sob o ponto de vista pedonal, táxis, ferrovia, transporte



MUNICÍPIO DE POMBAL

0016/CMP/20

30-06-2020

próprio, transportes municipais, transportes concessionados ou rede ciclável, tudo isto poder trabalhar em conjunto, e ali assumir-se um papel decisivo. E um papel decisivo ali por uma razão muito simples: porque o único local onde a estação do caminho de ferro pode interagir com a rede de transportes públicos é naquele local, não há outro. E foi isso que justificou as negociações com a Cercipom, a elaboração do projeto, a compra do pavilhão, a adjudicação desse projeto, a adjudicação da obra. E portanto, espero que no próximo ano letivo 2021/22, a Cercipom já esteja instalada nas novas instalações, e tudo a funcionar da melhor forma possível.

Por outro lado, este é um projeto que teve um historial prolongado até chegarmos aqui. Primeiro, porque foi concebida toda a estratégia de candidatura no âmbito do Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano, obrigámo-nos a desenvolver a respetiva área de regeneração urbana, que foi regulada e aprovada por esta Câmara, também pela Assembleia Municipal, e depois, a ORU concretamente dita, relativamente àquele conjunto de opções tributárias, de taxas e de licenças, de agravamento de obrigações, de vistorias – no fundo, de incentivo a entidades públicas e privadas para que tomassem decisões sobre o seu património, sobre o seu contributo para atingirmos este desiderato, acompanhando, aliás, o que a cidade já vinha fazendo, no âmbito das parcerias de regeneração urbana, desde o início deste século – considerando que, de facto, durante algum tempo, ficámos para trás, por opções nacionais, no que diz respeito precisamente a esse incentivo ao comércio, por esse apoio à regeneração do espaço público, quando sucessivamente nos recusaram candidaturas no POLIS, no URBCOM, no PROCOM – e portanto, é um historial de circunstâncias passadas que justificam todas estas opções hoje, e principalmente aquilo que alguns poderão considerar atraso na sua implementação.

Também é verdade que esta é uma solução estética e arquitetónica, não há dúvida. E essa, por si só, pode ser entendida como mais marcante no nosso território, mas eu acho que sem prejuízo daquilo que possa ser essa imediata perceção do que estamos a fazer, eu acho que a filosofia organizacional, a metodologia empregue, o alcance da medida, sob o ponto de vista da transformação que tem na cidade, o potenciar novos espaços, aproximar o Largo do Cardal, o Largo 25 de Abril, o Jardim do Cardal, ao Rio Arunca, junto da biblioteca, ao lado da central de camionagem, e fazendo toda esta comunicação, aproximando mais essa área de desenvolvimento da cidade, que está compreendida entre o rio e a Linha do Norte, é, de facto, um exercício de desenvolvimento da cidade, sob o ponto de vista de que caminho é que queremos ter, que conforto é que queremos produzir, que atratividade é que queremos criar.

E portanto, a discussão deve ser, talvez, um bocadinho mais ampla nesse aspeto – e foi, deveras – precisamente para termos esta nova função organizacional na cidade. E isso, eu acho que faz cada vez mais sentido, não só porque esta ação é integrada no Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano, e portanto, está articulada com mais locais de estacionamento, precisamente porque temos uma zona que vai ser – espera-se – mais geradora de centralidade, mais distribuidora dessas funções, como precedentemente, depois disto – e o processo não termina aqui; o processo, no que diz respeito a esta organização, começa precisamente quando a Câmara aprovar este projeto e decidir



MUNICÍPIO DE POMBAL

0016/CMP/20

30-06-2020

fazê-lo, que é que novas funções é que devemos querer cumprir, quem é que as vai cumprir, como é que as vamos cumprir. E aqui, a questão dos transportes, como falámos há quinze dias na reunião de Câmara, é decisiva para se perceber – e este período de pandemia foi suficientemente claro para nós tirarmos as conclusões sobre o que é que podemos contar, primeiro para os nossos alunos, mas nada menos importante, para os nossos cidadãos que estão privados de vir à cidade e de fazerem a sua mobilidade, já dentro das debilidades que conhecemos na rede de transportes públicos, em função da inexistência de serviços mínimos durante este período de tempo – e já lá vão mais de cem dias – que a cidade e o Concelho de Pombal sentem e vivem. E isso, de facto, mostra-nos uma debilidade que não deve ser mantida durante muito tempo. E portanto, temos que tomar a iniciativa rápida de desenvolvermos essas opções, e em consequência, lançarmo-nos na sua discussão e na sua concretização. Faça favor.”

Narciso Mota (Vereador):

“Sr. Presidente, eu ontem deitei-me bem-disposto, mas preocupado. Levantei-me eram cinco da manhã, sem dormir, porque li o parecer do Sr. Vereador Pedro Murтинho em relação a esta obra, que não gostei, porque o considerei de certo modo ilusório para o Presidente da Câmara. E considero ilusório porque, estando de acordo com a qualificação urbana da interface ali ao junto do centro de transportes, sabendo que a ligação mais prática e lógica, e que deve ser mais utilizada, é a passagem desnivelada da estação – que eu hoje percorri, que tem setenta e tal metros de frente, só das instalações da Cercipom, que vão ser demolidas, e bem, que ficam mesmo em frente à estação, e sabendo que quem passa na Linha do Norte gosta de contemplar a nossa cidade, gosta de ver a zona verde, e não ver uma ponte por cima da Linha do Norte. Penso que nós temos que ter em conta as prioridades, o investimento que fazemos, e o respetivo benefício desse investimento.

Gostei do projeto, estou de acordo que se faça a primeira fase da obra, em termos de qualificação, que se verifique o acesso à passagem desnivelada, que tem uma dimensão e uma segurança total para a estação, que fica em frente, torna-se muito mais fácil passar por essa passagem desnivelada, a passagem a seguir – que hoje frequentei, e fui lá – a primeira fica a noventa metros do viaduto, depois temos a segunda, que fica mais ou menos a cinquenta metros, depois temos a terceira, que fica a sessenta metros, que é a do Pelourinho, depois fica outra a cinquenta e cinco metros. Não fui à de lá de cima, porque a conheço, e entendi que não devia ir.

Portanto, Sr. Presidente, nós temos de pensar no médio e longo prazo. Não podemos ter ali uma obra que eu considero caprichosa e vaidosa, porque temos muita coisa para fazer. E o que temos para fazer, eu tive hoje tempo para fazer aqui umas notas, não gostei do parecer ilusório do Sr. Pedro Murтинho, a dizer que era uma obra muito urgente, que era para ligar os transportes rodoviários aos ferroviários, quando eles, por si, com aquela passagem que nós fizemos, já estão mais que ligados, e é a passagem mais segura, mais cómoda, mais prática, que nós devemos usufruir dela e saber qual é a frequência das pessoas que passam aqui, na passagem do Jardim das Tílias, os que vão lá passar nessa passagem, para depois verificarmos se há, ou não, justificação para completar esse projeto, que eu até gostei dele, porque as pessoas,



MUNICÍPIO DE POMBAL

0016/CMP/20

30-06-2020

depois, deixam de contemplar a nossa cidade, e passam a contemplar a ponte, nem veem o jardim. E nós queremos um jardim recatado, um jardim onde os velhotes vêm, uns com os outros, para ler os jornais, nos bancos, e passam lá, às vezes, os dias, e não podemos ter ali só pessoas que queiram vir aqui para a Câmara, utilizar essa ponte uma ou duas vezes por semana, que é isso que vai acontecer. E isso, depois, sobra para o Presidente e para o Executivo, esse elefante branco, porque nós perdemos a oportunidade de limitar as vistas da nossa cidade, incluindo o Jardim do Cardal, pelos utentes dos comboios da Linha do Norte que atravessa a cidade. Definam-se e saibam dar prioridade às obras mais prioritárias para o concelho. Acabar o saneamento básico para valorizar as nossas quatro centrais de saneamento existentes no concelho, substituir as condutas de água em alta e em baixa, já deterioradas e caducas (muito mais prioritário), acabar a construção dos centros escolares – falta o da Pelariga, os outros já estão em construção – os lares do concelho – o das Meirinhas, da Redinha, para todas as freguesias terem lares – concluir o corredor ribeirinho, que não está concluído e está parado há sete ou oito anos, e a ciclovía que liga a cidade de Pombal à Praia do Osso da Baleia, e a todas as freguesias do concelho, passando pelos parques de merendas, ampliar os parques industriais, começando pelo Parque Industrial da Formiga, que não está nada qualificado, para ele ser ampliado – há lá muitos terrenos para se construir pavilhões, e tudo – com a passagem desnivelada para peões, que é mais prioritária do que esta, por baixo da Nacional 1, junto ao antigo parque de máquinas da Câmara, por baixo da Linha do Norte, junto ao Quartel dos Bombeiros, para peões e para viaturas ligeiras, que só temos uma passagem, que é esta aqui, que está saturada com trânsito. Essa, eu não consegui defendê-la junto da REFER, que era a primeira prioridade que eu queria; até gostava mais dessa, do que aquela passagem que eles fizeram ali, que foi por iniciativa deles, ali na estação. Portanto, isso tem que ser feito, em termos de prioridade.

Começar por ampliar os parques industriais, e qualificar o da Formiga, o do Lourical, o da Guia, e o Parque Industrial Manuel da Mota, e criar os novos parques industriais que querem para a Freguesia das Meirinhas, Carnide e Vermoil, o parque industrial de Abiul, também em Albergaria dos Doze, para as freguesias mais a sul do Concelho de Pombal. Criar o grande Parque Verde, que se apregoa e se defende há muito tempo, na zona do Emporão, para ser um parque verde de lazer e desportivo, de ampliação da zona desportiva, também prioritário. Ampliar a zona verde do Castelo, que temos lá agora mais vinte mil metros de terreno – eu lembro, quando andava aqui, nos anos cinquenta, nós refugiávamo-nos lá, jogávamos às escondidas, íamos para lá. Essa zona verde deve ser ampliada, qualificada, ordenada, e torná-la atrativa, para que os nossos jovens para lá vão, para que os nossos idosos também se possam deslocar até lá, e usufruir da nossa cidade, e da qualidade da nossa cidade, que não deve ser descaracterizada. Ampliar a zona verde do Castelo, também para lazer. Construir a Casa Mota Pinto para um Centro de Interpretação, que se está a deteriorar; é uma vergonha aquele património ser do Município há anos, e não estar ali um prédio com cave, rés-do-chão, primeira e segundo andar, para pôr lá um Museu de Arte Popular, a biblioteca, e outras coisas mais, e tirar até as associações que estão lá em cima, no



MUNICÍPIO DE POMBAL

0016/CMP/20

30-06-2020

edifício da PMU, naquele parque de estacionamento com cinco pisos abaixo da quota zero.

Construir a bacia de retenção, que já tarda a construir, e já se fala nela desde 2006, para evitar as cheias centenárias, as cheias de inverno, que mataram uma pessoa, que causaram graves prejuízos, e que tarda a ser feita. Construir uma casa de banho que esteja aberta vinte e quatro horas sobre vinte e quatro horas, patenteada, certificada, custa mais de 80.000€, que não tem cheiros, existe nas principais cidades do mundo. Depois, a via circular à cidade, também está em projeto, também é uma área prioritária, às Leais, ligar o IC8 à Estrada Nacional 1. Nós temos de pensar nas pessoas que vêm cá, que não perdem tempo, e as acessibilidades com segurança, e tudo, etc. É mais prioritário que esta obra aqui, segundo o meu ponto de vista, a via circular.

Depois, a variante de Albergaria dos Doze – agora já está em andamento, mas andamos para fazê-la há uns quinze anos – a variante do Louriçal, a variante da Guia, com a ligação da A8 à 109, que já estava a ser feita, o Centro Cultural do Louriçal, que também estava o projeto feito aqui na Câmara, ainda no meu tempo, pelo arquiteto competente, e também não se deu andamento a ele. O concelho não é só a nossa cidade, que já dizem que está a ser descaracterizada, e tudo. Começámos na regeneração urbana há muitos anos, e temos que continuar, mas temos que saber definir as prioridades, daquilo que é mais prioritário, e daquilo que é menos prioritário. E Pombal não é só a cidade de Pombal, por amor de Deus.

Portanto, há muitas obras que eu considero muito mais prioritárias – não vou falar da restante rede viária, na qualificação, no dimensionamento, nem nas estradas florestais, nem nada disso, porque isso é a rotina diária que se deve fazer, de ano para ano, tivesse esta Câmara sempre feito mil e duzentos quilómetros de estradas, e que abasteceu de água as freguesias todas, o que se fez em vinte anos. O passado passou, interessa-me o presente e o futuro. E por isso é que eu estou preocupado, por isso é que eu dormi mal esta noite, e fixei-me nestas obras todas, e sei que isto, qualquer dia, quando estiver a obra concluída – não são só 4.000.000€ - vamos depois ver que as pessoas que lá passam, passam lá uma vez, ou duas, mas não deixam de utilizar a outra passagem desnivelada, nem esta aqui, que está sempre saturada, e esta não se justifica. Justifica-se a qualificação daquela zona, e é mais prioritária a obra lá em baixo, que nós já tínhamos um anteprojeto, o Eng.º Tó Zé Ribeiro fê-lo, não nos custou dinheiro, a pedido dos empresários iniciais que compraram ali a Quinta das Cegonhas. Portanto, essa obra é de avançar, com mais prioridade do que esta. Se nós temos de gastar 4.000.000€, e se esta obra tem candidatura assegurada, não sei em quantos por cento, investe-se ali, porque nós não podemos fazer muitas obras do PEDU e de regeneração urbana; podemos transferir parte desse dinheiro para aquela obra, fazer ali, já de imediato, e fazer depois outra passagem desnivelada lá em baixo, que valoriza a nossa cidade, em termos de acessibilidade rodoviária e pedonal, o Parque Industrial da Formiga também vai ser ampliado e vai ser valorizado, e até, quem sabe, se a Feira Semanal não pode ir outra vez para lá, porque há mais segurança para as pessoas se movimentarem a pé e de carro, para a cidade e para lá, e temos de pensar no futuro, e não pensar só que é uma obra... É uma obra que eu considero



MUNICÍPIO DE POMBAL

0016/CMP/20

30-06-2020

desnecessária, para já, tendo em conta as outras prioridades.

É o meu ponto de vista. É uma obra caprichosa, vaidosa, com um projeto muito bonito, que eu vi aqui, mas que não se justifica fazer a totalidade. Agora faz-se uma parte, vê-se, depois, como é que se utilizam as passagens desniveladas, que já existem cinco, e depois é que avançamos para essa obra, para terminar. Este é o meu ponto de vista.

Por isso, eu vou votar contra o projeto parcial – não todo, mas parcial.”

Presidente da Câmara Municipal:

“Muito bem. Srs. Vereadores, mais alguém quer usar da palavra? O que estava proposto era fazer-se sinteticamente a apresentação.

Pedro Murinho (Vereador):

“Muito obrigado, Sr. Presidente.

Não querendo ir aqui, de forma frontal, àquilo que é uma opinião que o Eng.º Narciso Mota aqui deu, que eu obviamente respeito, da mesma forma acontece como quando apresentamos projetos publicamente, é normal que as pessoas possam ter opiniões contrárias, diferentes, em função daquilo que valorizam mais em determinado projeto. E portanto, eu não quero aqui tecer grandes comentários.

Ainda assim, dizer, Sr. Engenheiro, que dificilmente me deixo influenciar. Valem o que valem as suas palavras; obviamente, o que temos que procurar fazer é ouvir os nossos munícipes, e ir de encontro àquilo que são as necessidades que eles nos apresentam. E aí, sim, a influência pode ser exatamente essa.

Mas, Sr. Presidente, conforme já escrevi, considero que este é, realmente, um projeto estruturante para a nossa cidade, que, no fundo, procura ter esta leitura de interligação entre a ferrovia e a rodovia, assumindo-se como um local privilegiado para criar uma zona de interface de transportes, promovendo o transporte coletivo e o ferroviário, e também integrando aqui alguns modos suaves de transporte, como é o caso da bicicleta, não só com parqueamentos para bicicletas particulares, mas também para parqueamento através de estação com doze docas para bicicletas em bike sharing, projeto esse também levado a efeito neste Município, e que está a decorrer atualmente.

Depois, temos também este ponto de ligação que se procura projetar, esta passagem pedonal, que no fundo, procura ser um ponto de união da cidade – como o Sr. Presidente aqui disse, e muito bem, embora existam outras passagens inferiores à linha de caminho de ferro na nossa cidade, mas esta passagem superior procura, obviamente, de forma muito mais prática, a ligação da zona central da nossa cidade, através do eixo da Avenida Heróis do Ultramar, com passagem pelo Jardim do Cardal, à outra margem poente da linha de caminho de ferro, onde temos localizada a nossa central de camionagem e a nossa Biblioteca Municipal. Não deixa de ser também importante esta passagem superior para, no fundo, ligação da rede de ciclovias que temos projetadas para a cidade, daqui da zona nascente para a zona poente da nossa cidade, e procura também – e tem essa particularidade – ser um ícone da e para a cidade de Pombal, projetando-a também em termos turísticos para o nosso país, tendo em conta que também naquela linha de caminho de ferro passam milhares de pessoas diariamente.

Eu considero que é realmente importante e preponderante requalificar esta zona da cidade, tornando-a mais funcional, apelativa, e também indo ao encontro daquilo que é



MUNICÍPIO DE POMBAL

0016/CMP/20

30-06-2020

uma expectativa que os utilizadores têm, de ver esta zona da cidade mais bonita, mais utilitária, com o objetivo, obviamente, de criarmos condições para que as pessoas possam usufruir, de uma forma mais apelativa e habitual, da utilização do transporte coletivo, promovendo assim a política de utilização dos transportes ambientalmente mais sustentáveis.

Quero aqui dar nota também de dois pormenores importantes, esclarecendo aqui também os Srs. Vereadores – e isto também por força, tal como também explico no meu parecer que está anexo à informação de despesa, por força do despacho do Sr. Secretário de Estado, que acabou por despoletar isto de forma mais rápida – nós temos em curso a revisão do projeto, ele está a ser revisto por um técnico, que creio que seja por todos conhecido, e com credenciais dadas, e que procuramos também, através da colaboração deste técnico, ter condições para que o projeto vá para concurso público da forma mais fidedigna possível, para que em obra os trabalhos possam decorrer com a maior normalidade possível, evitando aqui transtornos que sempre acontecem em obras públicas, mas estamos a procurar que eles sejam diminuídos ao máximo – esse projeto está a ser revisto pelo engenheiro Perry da Câmara, cujo relatório preliminar nos foi entregue ontem, ele ainda está a ser analisado, a revisão ainda não está terminada. E portanto, estamos em crer que durante a próxima semana, também temos aqui a revisão do projeto concluída, já encaminhámos esta revisão preliminar para o projetista, no sentido de prestar aqui alguns esclarecimentos que estão aqui a ser solicitados. E também o projeto de execução está para emissão de parecer na Infraestruturas de Portugal, a comunicação que nós temos é que a licença poderá ser emitida durante a próxima semana. A licença, à partida, terá aqui como condicionalismos principais um seguro de responsabilidade civil, na execução dos trabalhos, será uma obrigação o dono de obra executá-los em período noturno, em período em que não há passagem de comboios, é isso que vai figurar na licença, e também a fiscalização da obra, que também terá que ser garantida essa fiscalização por entidade externa, à responsabilidade da Infraestruturas de Portugal, para ir acompanhando os trabalhos, principalmente aqueles que têm impacto na linha de caminho de ferro.

E portanto, eram estas as informações que também gostaria de prestar, estas duas últimas, reforçando a importância deste projeto, que é uma peça fundamental no nosso Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano da nossa cidade, com o devido financiamento comunitário associado. E portanto, julgo que é um projeto que, de certa forma, vai valorizar a nossa cidade, equipamentos algo degradados e muito disfuncionais, e que procuramos revitalizar; como é o caso da central de camionagem, onde se procurou dar uma nova vida, sendo certo que – e o Arq.º André, na apresentação pública que fez, tanto aos Srs. Vereadores, como a apresentação pública a todos os munícipes que se quiseram associar a esta apresentação, explicou isso mesmo, que, no fundo, aquela componente de serviços que se pretende para aquele espaço, aquilo que se procura fazer é adaptá-los, de maneira a que, a partir do momento em que os espaços possam ser concessionados, possa ficar ao critério do concessionário a utilização do espaço e as obras que sejam necessárias, e adaptando-as para a funcionalidade que pretendam para esse mesmo fim.



MUNICÍPIO DE POMBAL

0016/CMP/20

30-06-2020

Era esta nota que eu queria dar aos Srs. Vereadores. Tenho dito.

Obrigado, Sr. Presidente.”

Presidente da Câmara Municipal:

“Muito obrigado. Srs. Vereadores, mais alguma intervenção? Dra. Odete, faça favor.”

Odete Alves (Vereadora):

“Muito bom dia a todos, Sr. Presidente, Srs. Vereadores, membros da comunicação social aqui presentes e funcionários.

Sobre esta questão, eu penso que estamos todos de acordo que aquela zona, sem dúvida nenhuma, precisa de uma enorme intervenção. A desqualificação daquela zona é visível, é também conhecida a falta de espaço que existe na estação de camionagem, e também os problemas de segurança, que têm a ver essencialmente com as manobras que os autocarros têm que fazer no pouco espaço que têm disponível.

Para além disso, e como já foi aqui falado por várias vezes, temos que também precaver a possibilidade de, no futuro próximo, termos que acolher também os transportes, tal como ainda há pouco tempo falámos aqui, em reunião de Câmara. Mas, esta, não só pelo volume de dinheiro que envolve, mas também pelo impacto naquela zona ali, é, sem dúvida, uma das maiores intervenções urbanas na cidade, e também uma das que terá maior impacto visual, pelo menos na cidade. E por isso, eu acho – e mais uma vez – incompreensível como é que fazemos uma mera apresentação pública, e não submetemos este projeto à discussão pública. Mais uma vez, percebemos, na apresentação pública que foi feita, um bocadinho à pressa – também percebemos que o Sr. Presidente já falou do despacho que, no fundo, impõe que até hoje tivéssemos que aprovar este projeto; no entanto, eu acho que houve aqui tempo para o podermos fazer com alguma calma, para submetermos o projeto à discussão pública, percebermos o que é que as pessoas querem para a sua cidade, o que é que as pessoas entendem que precisam para a sua cidade, e só assim é que estas obras fazem sentido, e que vão também ao encontro daquilo que é a vontade e a necessidade das pessoas.

Também considero incompreensível – e estive também na apresentação que foi feita aos Srs. Vereadores pelo Eng.º Catarino e pelo Arq.º André – acho um bocadinho incompreensível que não se tenha equacionado a possibilidade de fazermos esta passagem inferior. Percebemos também que foi uma opção do dono de obra. No entanto, sabemos que as passagens inferiores, sem dúvida nenhuma que são mais seguras, são mais práticas, são mais funcionais, e são mais cómodas para o cidadão.

Também considero incompreensível – e esta questão foi colocada aquando da apresentação pública – que não exista um estudo de mobilidade pedonal, não existe um estudo de fluxo de pessoas que eventualmente possam por ali aceder, porque só assim é que, realmente, poderíamos sustentar estas opções e perceber a justificação deste investimento.

Também, do meu ponto de vista, entendo que para que realmente esta interface fizesse todo o sentido, se calhar teríamos que também ter feito um estudo que permitisse, por exemplo, captar novos utilizadores para estes transportes – sabemos que, por exemplo, os cidadãos de Leiria têm muitas dificuldades para apanhar o comboio, porque a Linha do Norte não passa em Leiria, e portanto, muitos deles têm de se deslocar para



MUNICÍPIO DE POMBAL

0016/CMP/20

30-06-2020

Pombal, em viatura própria – se calhar, fazer um estudo que permitisse captar estes utilizadores, para facilitar a vinda destas pessoas de Leiria para cá, fosse bastante interessante, do ponto de vista do préstimo deste investimento também. Mas, evidentemente, teríamos que envolver, sem dúvida nenhuma, as empresas que garantem o transporte, não só rodoviário, mas também fazer esta ligação com a ferrovia. Eu não sei se foi feito este estudo, ou não, se há, ou não, esta interligação entre os vários operadores, mas parece-me que sem isto, não faz muito sentido avançarmos com qualquer tipo de obra naquele espaço.

E também já tive oportunidade de fazer esta crítica, se o que se pretende é fazer uma interligação modal entre a estação de comboios e a central rodoviária, não me parece que a solução que está proposta possa cumprir estes requisitos de unificar estes equipamentos, porque conforme já falámos, o utilizador que sai da estação de comboios e que tenha que se deslocar para a estação de camionagem tem que sair da estação, atravessar pelo Largo Salgueiro Maia, atravessar o Cardal, subir a ponte e passar para o outro lado, e terá que fazê-lo com bagagem – muita ou pouca, não sei – e aos elementos, à chuva e ao calor.

depois, creio que também todos sabemos que o cidadão procura sempre o caminho mais curto, e existe já uma passagem inferior da estação para o outro lado, e o que acho que vai acontecer é que a maior parte das pessoas não vai sair para o exterior para fazer isso, e vai atravessar pelo caminho mais curto, e vai aproveitar aquela saída que já existe, inferior. E eu creio que equacionar essa passagem inferior, e essa ligação ser feita de forma inferior, seria importante, porque só assim é que percebemos se realmente faz sentido, ou não, este investimento todo.

Também nas justificações que estão aqui apresentadas se afirma que se pretende criar ali um espaço de lazer e recreio. Eu penso que mais importante do que criar ali um espaço de lazer e recreio, que eu tenho algumas dúvidas que possa levar para ali assim tanta gente, eu acho que o importante, realmente, é aquilo que o Eng.º Narciso Mota já disse aqui, crie-se um parque verde, crie-se o Parque Verde da Cidade, e crie-se aí, então, esse espaço de lazer e recreio que tanta gente reclama há tanto tempo. Isso, sim, é uma prioridade para este concelho.

Portanto, o que é que eu entendo de tudo isto? Que do ponto de vista das necessidades que temos, não se resolve a questão da ampliação da estação de camionagem, não se resolvem os problemas de segurança das manobras dos autocarros, a intervenção que é feita na estação de camionagem é mais cosmética, porque não há uma intervenção de fundo na estação de camionagem, é uma obra, sinceramente, mais bonita do que aquela que pudemos ver aquando da apresentação do estudo prévio, mas pouco funcional, e que, sinceramente, não me parece ser, de forma nenhuma, uma obra que seja prioritária, ou até necessária – e estou a referir-me concretamente à ponte pedonal. As prioridades, neste momento, no contexto que vivemos, são outras, e nós temos que também nos adaptar aos novos tempos e perceber quais é que são as reais e efetivas necessidades que temos.

Depois, também não se percebe como é que ainda não sabemos quais é que são as condicionantes que a IP irá apresentar, uma vez que ainda não temos a licença, e portanto, não sabemos que outros custos é que poderemos eventualmente vir a ter com



MUNICÍPIO DE POMBAL

0016/CMP/20

30-06-2020

esta obra.

E só para finalizar, quando estivemos aqui na apresentação com os projetistas, eu fiz a questão de quanto é que custaria a ponte. O Sr. Presidente acabou de dizer há pouco que era muito difícil fazer essa conta, e eu esperava sinceramente que o senhor hoje tivesse aqui esses valores para nos apresentar, até porque eu fiz a questão ao Eng.º Catarino, e ele disse que, de facto, não tinham isso assim separado por zonas, mas que era possível fazer essa conta. E eu acho que era muito importante, não só para nós, membros desta Câmara, mas para o cidadão, particularmente, saber exatamente, destes 4.000.000€, quanto é que estamos a investir na ponte, e quanto é que estamos a investir, por exemplo, na estação de camionagem. Isto também nos poderia dizer muito sobre a necessidade e a prioridade deste investimento.

E por estas razões todas, Sr. Presidente, e apesar de concordar com a requalificação daquela zona, porque é necessária, de facto, não concordo com a opção, entendo que as opções que estão propostas não são as necessárias, nem as adequadas para aquilo que são as necessidades, e como tal votarei contra este projeto.”

Presidente da Câmara Municipal:

“Muito bem, muito obrigado, Sra. Vereadora. Mais alguma intervenção? Faça favor, Sr. Vereador.”

Pedro Brilhante (Vereador):

“Sr. Presidente, muito obrigado.

Em primeiro lugar, só umas pequenas notas. Agradecer, obviamente, os esclarecimentos que já foram prestados relativamente a esta obra de que estamos aqui a falar – eu peço que me corrijam se não for verdade, é provavelmente, do arranjo urbanístico, das obras mais caras que tivemos no Concelho de Pombal, senão mesmo a mais cara de sempre. E portanto, é também um investimento muito avultado, e ainda bem que podemos ter acesso a este tipo de investimentos, e a estas quantias, de 4.000.000€, que, de facto, podem fazer pela cidade de Pombal, ou por qualquer cidade que venha a ter este tipo de investimentos, algo que a transponha para uma outra realidade diferente daquela que conhece à data, antes de ter esse mesmo investimento.

E portanto, agradeço, obviamente, os esclarecimentos que o Vereador Pedro Murinho aqui trouxe, deixando, obviamente, algumas notas e algumas perguntas, antes de poder fazer depois, também, uma apreciação àquilo que irei ouvir posteriormente às minhas perguntas.

A minha pergunta é muito simples. Eu vejo e olho para o projeto, e acho que é claro para todos, o projeto é bonito, tem, de facto, uma amplitude visual que não deixa ninguém indiferente àquilo que está a ver. E isso, só por si, é uma intenção que percebemos que existe – ou seja, há aqui uma intenção de criar um projeto que tenha uma amplitude visual significativa, para que possa também justificar a quantidade de dinheiro que nele é colocada, porque estamos a falar de 4.000.000€. Podemos sempre dizer que a grande fatia vem da Europa, podemos sempre lembrar que os portugueses também são contribuintes europeus, e portanto, vem sempre de cá, mas que, só para o nosso Orçamento, estamos a falar de cerca de 630.000€ alocados do nosso Orçamento, para uma obra desta envergadura.



MUNICÍPIO DE POMBAL

0016/CMP/20

30-06-2020

A minha pergunta é simples, porque não a vi respondida em nenhum momento, e é legítima deste ponto de vista. Ou seja, o que é que nós estamos a pensar recolher de uma obra de 4.000.000€ - a maior da nossa história, do ponto de vista urbanístico – o que é que estamos a pensar recolher; qual é que é a estratégia – e não é colocar a palavra “estratégia” nos elementos de obra; é dizer qual é que é, ou seja, o que é que se pretende alcançar de novo, ou qual é que é o fundo da questão, qual é o fundo de alteração de vivência de cidade que se pretende alcançar com esta obra, porque os dois elementos que eu aqui vejo, de facto, não coincidem com as justificações até hoje apresentadas. Ou seja, a Dra. Odete fez, e bem, uma apreciação relativamente à interligação entre os equipamentos, e quem utiliza os transportes percebe duas coisas, ou tínhamos que entender duas coisas: qual é, destes elementos, onde nós recebemos mais gente, e de onde (se de norte, se de sul), em qual destes é que expelimos mais – ou seja, que as pessoas utilizam mais para a sua saída, do âmbito da região centro ou da cidade de Pombal, seja qual for – e acho que há uma que me parece lógica: a receção é sempre feita de sul para norte, a maior parte da receção é de sul para norte, sempre. E é de sul para norte, sempre, pela linha do comboio, não pela linha de expressos, porque nós sabemos que é um pouco mais complicada de utilizar, e tendencialmente é utilizada – como disse, e bem, a Dra. Odete – pela questão de Leiria ter esta dificuldade na utilização da rede ferroviária. E portanto, tendencialmente esta será a amplitude curta da utilização expresso aqui nesta zona, ou para quem pretende ir para além de Lisboa, que também sabemos que não é uma quantidade significativa, para quem pretende caminhar para sul. Portanto, esta é sempre a análise clara que temos, que não percebemos de estudos, percebemos isto todos muito facilmente, porque vivemos cá.

A questão é: sendo a receção a sul, a nota de receção é no meio da estação. Portanto, obrigatoriamente, a maior parte dos elementos que nós recebemos já vão usar obrigatoriamente a passagem que lá está, não têm outra hipótese, não têm como subir para a de cima; obrigatoriamente vão usar aquela, que já lá está. Este é o obrigatório, não há outra hipótese, a não ser que seja um maluco – desculpem-me a expressão – que sai e faz duas vezes a mesma viagem. Não tem sentido.

Portanto, dentro desta modalidade, sabemos que a maioria da nossa receção já está servida. A maioria do expelir, de facto, aí poderíamos ter aqui um ponto – ou seja, a questão do estacionamento do lado de lá da linha, que permita, depois, a intermodagem da pessoa para dentro da linha – porque o expelir para sul também é feito do lado de cá da linha, e nós sabemos que esta é a interação mais utilizada. E portanto, para correr, e sendo que aí já temos a obra também já aprovada, da requalificação da Várzea, que estabelece uma requalificação na interface – e bem, acho que aí fomos todos completamente de acordo com aquela regeneração ali à frente da estação, porque, de facto, faz sentido, aquela é a entrada que nos permite expelir – eu estou a usar a expressão “expelir”, ou seja, que as pessoas podem escoar – que nos permite escoar os elementos para viagem, tendencialmente para sul também, e para sul faz-se do lado de cá. Ou seja, recebe e vai.

Portanto, neste ponto, sendo que a parte de Pombal, do lado de cá da linha, também já tem essa requalificação, está um pouco feito esse processo de agilização de entradas e saídas para aquela que é a utilização mais densa das nossas faces intermodais.



MUNICÍPIO DE POMBAL

0016/CMP/20

30-06-2020

O que aqui, depois, se diz é que, de facto, isto vem criar uma interação entre os dois módulos. Não me parece que uma ponte pedonal venha resolver isso. Ou seja, esse não pode ser o argumento que nós utilizamos para as pessoas, dizer-lhes que vamos alocar 4.000.000€ dos seus impostos para fazer uma ponte pedonal que resolve aqui milagrosamente algo que, pelos vistos, já está resolvido. E eu continuo na pergunta, eu posso estar errado, mas o que nos é apresentado, despindo, é uma ponte pedonal – bonita, de facto, mas é uma ponte pedonal. E nós sabemos, porque somos todos portugueses, qual é que é a aptidão do português para pontes pedonais superiores, sabemos que é muito, muito reduzida, porque a mobilidade é fraca, porque há uma subida, e há aqui vários elementos – mesmo que tenha ajuda motora, dos elevadores, é sempre muito fraca, porque sabemos que são equipamentos com desgaste muito rápido, do ponto de vista até da limpeza, muito difíceis de manter, então se tiverem uma utilização frequente, pior ainda. E portanto, é contar com pouca utilização para ter alguma limpidez na utilização.

E portanto, o que me parece que aqui se apresenta são quatro milhões de uma ponte pedonal – que eu estou errado, porque, depois, temos, de facto, aquela que me parece a boa intervenção, que é olharmos para a rede viária, rodoviária, e perceber que temos aqui um ponto de receção importantíssimo, que tem capacidade de estacionamento, que tem capacidade de receção e de envio, e portanto, vamos olhar para este modelo e entender que havendo aqui uma requalificação forte, podemos, de facto, estrategicamente perceber se queremos ser um ponto de georreferência fundamental para algum tipo de utilização destes transportes. Mas, de facto, depois o que vemos, honestamente, até com algum espanto, é que o que estamos ali a fazer é uma requalificação exata do que existe, com algumas melhorias do ponto de vista comercial, e não do ponto de vista da atividade de transporte. Ou seja, o que está a ser alterado não é a atividade principal, que é o transporte, mas a atividade comercial adjacente. E o que eu gostava de perceber é se do ponto de vista do transporte de pessoas, ou da rodovia, o que é que estamos aqui a acrescentar na obra – ou seja, o que é que esta obra vem acrescentar verdadeiramente, qual é que é a alteração, o que é que vamos ter a mais que não temos hoje. Ou seja, nós, daqui a cinco anos, quando tivermos que justificar este investimento de 4.000.000€, o maior de sempre, o que é que nós vamos dizer às pessoas? Meus senhores, antes da obra, Pombal tinha isto; depois da obra, Pombal tendeu para esta posição. O que é que mudou? Qual é que é o objetivo, o que é que se pretende, o que é que está adjacente a isto. E o que é que se pretende neste ponto também da rodoviária, que eu julguei que fosse aquele que pudesse ter, de facto, a maior das transações, a maior das transformações. Nós queremos mais viagens? O que é que fizemos para as poder ter, na requalificação? Nós queremos outro tipo de transportes? O que é que fizemos para os poder ter? Que tipo de interligações é que vamos querer ter, também com a cidade, relativamente a uma nova possibilidade que aqui está, de requalificação deste espaço. O que é que se pretende ganhar com 4.000.000€ investidos, porque eu olho para as necessidades da cidade hoje – quase todos vivemos aqui, ou temos cá casa, e percebemos que há uma dificuldade clara na nossa cidade hoje: é que ela precisa de crescer, e não tem como – não pelo espaço,



MUNICÍPIO DE POMBAL

0016/CMP/20

30-06-2020

porque ele existe, mas porque eu quero viver em Pombal, e não tenho essa possibilidade – o arrendamento é astronómico, não há fogos suficientes, nós sabemos disto, não há, estamos muito longe da necessidade, nós precisamos de requalificar de forma a que isso seja uma realidade muito mais rápida de ser introduzida no mercado, porque, obviamente, não é a Câmara que vai construir prédios, como é evidente, mas isso são elementos que podem ser rapidamente desbloqueados. Portanto, nós olhamos para a necessidade que existe hoje na cidade, e entendemos que nesta altura em que precisamos de fogos na cidade com grande rapidez, o maior investimento é colocado numa ponte que passa de uma via para a outra. E é esta a minha dificuldade em perceber. Ou seja, o que é que nós vamos ganhar com isto, Pombal está preparado ou a preparar-se para quê, a cidade ganhará o quê, e o concelho, com isso, ganhará também o quê, porque a outra vai cá continuar, e essa, nós não estamos a conseguir resolver, como é que nós vamos colocar mais gente a viver aqui, sendo que há essa necessidade, há a procura – o Sr. Presidente falou uma vez, e muito bem, numa Assembleia Municipal, que pediu um estudo para perceber se havia dificuldades, ou se as rendas eram muito altas em Pombal; na altura, os dados que lhe foram entregues não foram bons, eu disse-lhe isso na altura, não foram bons porque, de facto, bastava ir a uma imobiliária e perceber que eram pelo menos mais 100€ em cima daqueles que lá estavam, da média, e que as listas de espera, quando eu entrei como Vereador, já há três anos atrás, eram de trinta famílias por cada uma das imobiliárias. Isto, obviamente, não é culpa da Câmara, mas é uma solução que pode ser dada, ou há soluções que podem ser dadas. E estarmos a colocar 4.000.000€, de um bolo grande, mas 630.000€ nossos, numa ponte pedonal, eu gostava de perceber o objetivo, porque, se calhar, sou eu que estou errado e não estou a ver, não estou a ver o alcance disto – é possível, com toda a certeza, ninguém nasce ensinado. Mas, a mim custa-me explicar às pessoas da minha idade que querem viver em Pombal que o que de mais relevante vamos aqui fazer, numa época em que precisamos de cá viver, e que temos toda a gente a ir para Leiria, e a viver em Leiria e trabalhar cá, as pessoas que hoje trabalham cá decidiram ter casa fora, não há esta capacidade de absorção, e estamos preocupados com um elemento destes.

E portanto, como eu posso estar errado, a pergunta é esta, Sr. Presidente e Sr. Vereador, quem me quiser responder da melhor forma: o que é que vamos ganhar, estamos a preparar Pombal para quê? Eu peço que descartem esse argumento da ligação intermodal, porque não é verdade, não há esse argumento, já aqui expliquei, quem tenha sorte de ter sido estudante há menos tempo tem essa vantagem, quem utilizar sabe que esse argumento não é verdade. O outro, eu gostava que fosse – ou seja, vamos remodelar a central de camionagem, do ponto de vista daquilo que é a utilização de transportes – não é do comércio, mas da utilização de transportes – o que é que estamos a atingir de novo, o que é que vamos querer – é óbvio que não é imediato, mas qual é a possibilidade que está em aberto, o que é que estamos a querer atingir; do ponto de vista da requalificação do espaço adjacente, a seguir, relativamente à requalificação da obra, o espaço adjacente fica mais preparado para a utilização daquele meio, e o que é que Pombal vai ganhar com isso, quais são os seguintes passos do maior investimento de sempre na zona urbana da cidade – o maior investimento



MUNICÍPIO DE POMBAL

0016/CMP/20

30-06-2020

público de sempre na zona urbana da cidade.

Eram estas as minhas questões, depois terei mais alguma coisa a dizer.

Muito obrigado.”

Presidente da Câmara Municipal:

“Muito obrigado. Srs. Vereadores, mais alguma questão? Pedro, se faz favor.”

Pedro Martins (Vereador):

“Bom dia a todos.

Falando aqui com o Vereador Pedro Brilhante, e para a Dra. Odete também, relativamente à ampliação da central de camionagem, sabem qual é a utilização que ela tem, a maior parte das vezes ela está a ser utilizada como garagem de alguns operadores que estão aqui em Pombal. E Pombal, devem conhecer o protocolo que existe entre o Município e a Rodoviária do Tejo, que nós não temos obrigação de lhes dar garagem. Noutras cidades, o que é que eles fazem? Alugam um pavilhão e põem lá os autocarros. Nós temos cerca de dezasseis lugares, dezasseis cais para poder fazer embarque de pessoas e desembarque de pessoas, que chega e sobra, infelizmente, para o movimento que hoje existe.

A questão do Pombus é uma falsa questão, porque o Pombus nem sequer faz escala na central de camionagem, ou passa lá um. Estão lá a fazer de garagem. Portanto, as dimensões da central de camionagem para a atividade dela, chegam e sobram. A requalificação, sim, justifica-se, obviamente; ampliação, não vejo que seja prioritária essa questão da ampliação.”

Presidente da Câmara Municipal:

“Muito bem. Mais alguma questão. Sr. Vereador, faça favor.”

Michael António (Vereador):

“Sr. Presidente, Srs. Vereadores, bom dia a todos, e a quem nos acompanha aqui hoje, os órgãos de comunicação social e os funcionários do Município.

Eu vou tentar ser breve, porque eu já tenho a minha opinião formada, tenho aqui uns apontamentos, e não vou repetir intervenções que já foram aqui feitas antes de mim.

Dizer o seguinte, Sr. Presidente: evidentemente, esta reunião de Câmara, sendo extraordinária, não tem PAOD, e o que eu vou dizer serve para os pontos todos da ordem de trabalhos – também não os vou repetir, mas faço a intervenção neste primeiro ponto. Para dizer o seguinte, Sr. Presidente: adotando o rigor, o seu rigor de 19 de junho, dizer-lhe que a convocatória e os documentos que nos foram enviados vieram, mais uma vez, fora de prazo. A reunião de hoje, e as matérias que constam aqui da ordem de trabalhos – e como eu estava a dizer, adotando aquele que é o seu critério, ou foi, na última reunião de Câmara – em rigor, estão todas feridas de irregularidade, e portanto, torna todas as deliberações inválidas.

Mas, eu vou dizer-lhe: a mim, não me move aquilo que o moveu a si, no dia 19 de junho – aliás, como o senhor ouviu da nossa parte, nós fazemos dezenas de correções a assuntos que vêm mal instruídos, ou por gralha, ou por erro – porque só não erra quem nada faz – em plena reunião de Câmara, assim como já sucedeu várias vezes recebermos os documentos e as convocatórias fora de prazo. E pese embora as minhas declarações, eu nunca, em circunstância alguma, lhe impugnei, ou tratei de algum



MUNICÍPIO DE POMBAL

0016/CMP/20

30-06-2020

processo para lhe impugnar qualquer deliberação. Mas, quero dizer-lhe, Sr. Presidente: o rigor; o tal formalismo absoluto, aquele legalismo que o senhor fez questão de imprimir na reunião de Câmara de dia 19 – e toda a gente percebeu o que é que se estava a passar; eu entendo que foi a sua primeira derrota política, mas não vejo aí mal nenhum, eu já tive muitas e não foi por causa disso que deixei de dormir; é a democracia a funcionar; é o jogo democrático, porque eu não conheço ninguém que numa vida inteira e num percurso político inteiro só tivesse tido vitórias.

Mas, quero dizer-lhe o seguinte: mesmo dando o exemplo deste próprio procedimento que a maioria do Executivo está aqui a propor que se abra hoje, os senhores sabem que quando isto for lançado, se for lançado a concurso, um concorrente que apresente uma proposta um segundo que seja, na plataforma – um segundo que seja – fica excluído. E portanto, Sr. Presidente, acho que nestas matérias, e eu tenho vindo a apelar; e o senhor vê a calma com que lhe estou a dizer isto, não estou aqui a tentar sequer assacar nada politicamente, mas que era bom, porque eu tenho dito, eu sei que a Lei refere as quarenta e oito horas úteis, obrigatórias por Lei, mas nem isso é respeitado. E como os senhores devem compreender, quarenta e oito horas úteis, depois eu tenho as minhas refeições, eu durmo como as outras pessoas todas, e essas quarenta e oito horas úteis redundam – imaginem, cada um tem a sua vida.

Mas, dito isto, não é isso que me move, fica só aqui este comentário, esta intervenção relativamente a isso, porque não é isso que me vai fazer votar contra ou a favor as propostas que o senhor aqui traz hoje. Eu vou já dizer qual é o meu sentido de voto neste procedimento relativamente a este projeto de regeneração urbana, e votando a favor ou contra, não vai ser por esta questão formalística, mas fica aqui o comentário.

Sr. Presidente, começando pelo início, vou aqui recordar que o PEDU já tem vários anos, o Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano, e os projetos que sempre foram considerados e ponderados executar no âmbito do PEDU também constam desde a versão inicial, e portanto, já há vários anos que se sabe quais são as pretensões que estão inseridas e incluídas neste PEDU. E depois, a própria ARU – Área de Reabilitação Urbana, e a própria operação, a respetiva operação, também já foram aprovados nesta reunião de Câmara há mais de dois anos – foi em maio de 2018 que aprovámos os documentos da ORU, e depois foram à Assembleia Municipal.

Isto para dizer o quê, Sr. Presidente? Eu considero – e o senhor sabe que eu também já tive essas competências no passado, eu sei que os prazos das candidaturas são apertados, eu lembro-me que para a regeneração urbana, desde a aprovação da candidatura, tínhamos um ano exato, doze meses, para apresentar projetos de execução, todos com os pareceres já emitidos, porque nós não podíamos submeter projetos que não tivessem a emissão dos pareceres – e em alguns, eram várias as entidades a emitir parecer; a antiga Agência Portuguesa do Ambiente, a IP, enfim. Isto para dizer que eu sei as condicionantes e sei a dificuldade. E por isso é que eu vou dizer o que vou dizer; porque eu creio que tendo mais de dois anos para mandar elaborar o projeto, mais de dois anos é tempo mais que suficiente para não andar a fazer as coisas à pressa. Esta é a minha opinião, porque eu lembro-me quando é que nos foi apresentado o estudo prévio, lembro-me perfeitamente quando é que nos foi apresentado o estudo prévio, aqui nesta sala ao lado, na altura também com aquela



MUNICÍPIO DE POMBAL

0016/CMP/20

30-06-2020

entidade de Lisboa, lembro-me perfeitamente quando é que foi apresentado. É eu considero que um projeto destes não pode demorar tanto tempo, não pode demorar quase dois anos a elaborar; não pode, nem deve, e eu já vou dizer o Porquê.

Veja, hoje vem aqui um projeto que não tem licença, que não sabemos quais são as condicionantes – sabemos, em genérico, quais são – nem sequer sabemos o valor – e depois, também já vou aí – nem o projeto está revisto ainda. E portanto, o que vamos aqui lançar hoje são 4.000.000€ nos documentos económicos e financeiros da Câmara para garantir que cumpra com o tal prazo de 30 de junho.

Continuando, dizer sobretudo o seguinte: o que mais me incomoda neste processo tem a ver com a discussão pública. Eu sei que, por Lei, este projeto, naquilo que diz respeito a uma determinada Legislação que obriga a discussão pública – por exemplo, uma alteração a um loteamento; não é o que estamos aqui a falar, mas quem financia estas operações – e isso consta do tal documento da ORU – exige e usa adjetivos como “é fundamental” e “é determinante” que haja participação do público. Sr. Presidente, como lhe disse há pouco, eu não acho curial, nem acho prudente, nem acho sensato apresentar aqui um projeto no dia 19 de junho, a nós, Vereadores, e apresentá-lo ao público em geral nessa mesma tarde, para depois trazê-lo aqui no dia 30 de junho, e fazê-lo aprovar em reunião de Câmara, porque isso não é discussão pública nenhuma; isso foi apresentar o projeto como um facto consumado à população, onze dias antes de o trazer à reunião de Câmara.

Para o que interessa, desde o início do mandato, os senhores sabem que eu tento ser sempre coerente – como eu disse ainda há pouco, só não erra quem nada faz, mas eu tenho essa coerência, de lhe ter dito desde o primeiro dia, a si e aos Vereadores da maioria, que estas não são as nossas prioridades, eu sempre o disse, os senhores sabem quais são as prioridades que eu sempre defendi e advogo, eu considero que a regeneração urbana é importante, mas como eu sempre lhe disse, o senhor faz questão – ainda no Orçamento do ano anterior, o senhor disse, e é verdade, que 80% do Orçamento já vinha comprometido com as obras em curso, e com as que vinham do passado. Eu não concordo com essas opções políticas, nem com essas prioridades. E em alternativa, eu vou dizer, os senhores sabem aquilo que eu ando sempre a defender, que é o desenvolvimento industrial, o desenvolvimento turístico, a captação de investimento, a fixação de empresas, a criação de emprego, de postos de trabalho, para criar essa tal qualidade de vida e bem-estar, para que as pessoas queiram aqui viver, Sr. Presidente, e depois, então, pensa na regeneração urbana, para dar também, evidentemente, uma qualidade de vida urbana, e adaptar a cidade àquilo que nós queremos que seja a modernidade, porque fazer o inverso, que é o que está a acontecer, depois acontece aquilo que nós verificamos, que ainda este 15 de junho foram publicados os dados do INE, e Pombal perde população, e temos concelhos ao lado que ganham – Caldas da Rainha ganhou, Leiria ganhou, Óbidos, Batalha, etc., todos ganham população, e nós perdemos. E eu não me vou comparar, Sr. Presidente, evidentemente, com os concelhos aqui do norte do distrito, porque esses perdem, e bastante, infelizmente. Mas, é isso, exatamente, o que eu estou a dizer, essa tal desertificação, e a fuga das pessoas para os meios mais desenvolvidos, isso é que me



MUNICÍPIO DE POMBAL

0016/CMP/20

30-06-2020

preocupa, e como é que Pombal, um concelho do litoral, que nós andamos sempre a apregoar que é equidistante entre Porto e Lisboa, temos aqui o T com Espanha, temos a Linha do Norte, temos a A17, temos o IC8, e como é que nós perdemos esse comboio.

E eu não posso concordar – eu já disse, a regeneração urbana é importante – aliás, nós fizemos no penúltimo mandato, naquele em que eu fazia parte da maioria consigo, fez-se bastante regeneração urbana, 13.000.000€, financiados a 85%, mas sem nunca perder de vista o resto das matérias e dos investimentos que uma Câmara deve fazer. E agora, infelizmente, bate-nos à porta, a nós e ao mundo inteiro, esta crise mundial, que me preocupa bastante, e agora, por maioria de razão, é preciso apoiar o comércio, é preciso apoiar a indústria, o setor agroflorestal, o setor agroalimentar, o turismo, apoiar todo o nosso tecido económico, para garantir que Pombal tem sempre esse progresso e esse desenvolvimento.

E relativamente a este tipo de projetos, eu vou dizer ainda o seguinte: eu estava a falar da discussão pública, abri este parêntesis para dizer, em alternativa, o que é que eu faria, e como é que eu penso as coisas para o nosso concelho, mas, Sr. Presidente, eu quero recordar aqui – eu não gosto de estar sempre a falar no passado, mas eu tenho que dar este exemplo, porque foi aqui à frente, o Largo do Cardal, foram 13.000.000€ para a cidade toda, como o senhor sabe. Aqui em frente, porque era um projeto que não me deixava dormir, eu não dormia porque desde garoto eu conhecia aqui o Largo do Cardal, e as outras zonas, sempre imutável, sempre da mesma forma. Eu já tenho quarenta e seis anos, e eu só dizia para mim próprio: nós vamos executar um projeto que, depois, se não agrada à população, eu vou andar a carregar esse fardo para o resto da minha vida, e vou ser sempre conotado – eu e o resto do Executivo, era o senhor, e era aqui o Eng.º Narciso Mota. E os senhores sabem – isto para comparar com a tal ORU, que eu sei que o senhor, depois, e bem, faz aquele jornal com bastantes páginas, que está ali à entrada da Câmara, e muito bem, mas era por aí que se devia ter começado. As opções que nós desconfiávamos, ou que tínhamos receio que podiam não agradar, olhe, a praça de táxis, quando a população disse que não a queria lá, pese embora ter havido essa discussão pública, pese embora terem sido feitas as maquetes, pese embora haver um sítio – Sr. Presidente, há um sítio na internet, na página da Câmara já não aparece, mas se for ao servidor do Governo, tem centenas de fotografias do acompanhamento das obras, todas as semanas, o Paulo Almeida ia para as obras comigo e tirávamos fotografias, e a população ia sempre acompanhando a execução, até o visionamento das condutas antigas, a forma como os arqueólogos faziam a recuperação dos achados, tudo isso.

Estava eu a dizer, a praça de táxis, foi só tirar a sinalética vertical – aliás, não a chegámos a colocar. As pessoas disseram “não queremos aqui a praça de táxis”, e pronto, então não se metem os sinais, mas o pavimento está ali – aliás, se o senhor quiser hoje, como eu sei que falou com os taxistas, chega lá, mete dois sinais verticais, e está lá a praça de táxis, com uma cobertura em frente à Farmácia Paiva – que o senhor sabe, que chegou a desabafar comigo que tínhamos receio que não fosse agradar, e que aquilo podia ficar um bocado com aspeto de feira. E o que é que nós combinámos? Aquilo tem negativos, são aparafusados, e se não agradar, retira-se, e até já sabíamos o local para onde ia. Todas as semanas – aqui o Eng.º Mota até me



MUNICÍPIO DE POMBAL

0016/CMP/20

30-06-2020

criticava, “que raio é que andas a fazer nas obras?”, eu não era gestor de obras, mas eu fazia a gestão política, porque lançávamos por fases, porque eu queria garantir que as pessoas tinham sempre acesso às habitações, para garantir que os comércios continuavam a funcionar, porque as pessoas reclamavam de tudo e mais um pouco, e era normal. Mas, havia esse cuidado. As várias sessões que se faziam aqui no Salão Nobre, eu fui entregar porta a porta, à caixa de correio de cada pessoa que reside aqui na zona, e aos comerciantes, e aos prestadores de serviços, com o Paulo Almeida, mais uma vez, cartas assinadas pelo Presidente da Câmara, a convidar para virem pessoalmente aqui às sessões de esclarecimento, como todas as forças vivas e todas as associações da cidade vieram aqui para participar nessa discussão, para ter esta sensibilidade, porque a cidade é para as pessoas viverem nela, e é assim que nós temos que pensar as coisas, porque se fazemos regeneração urbana a pensar nas pessoas, nós temos que ouvir as pessoas, Sr. Presidente. E acho sinceramente que isso não está a acontecer, de todo – nós tivemos o processo da Várzea, que começou todo ao contrário, mas não vou falar nisso agora, porque isso é um assunto que já está no passado, já está aprovado. Mas, dizer-lhe, como ainda há pouco disse aqui a Dra. Odete Alves, eu sou suspeito para falar; porque eu mandei elaborar o projeto – o senhor era Vice-presidente, o Eng.º Narciso Mota era Presidente – mas, por exemplo, o Parque Verde, esse sim, não há ninguém com quem eu fale nesta cidade que não almeje, e que não queira, e que não peça sempre o Parque Verde. E isso, sim, é que seria dar uma resposta à população. E o Parque Verde está sempre na gaveta, não sei Porquê.

Eu vou tentar terminar brevemente. Estas são as minhas razões, Sr. Presidente. O senhor já percebeu, não é a minha prioridade, não é esta a minha prioridade, pese embora eu tente ser, como disse há pouco, coerente. Eu sei que a regeneração urbana é importante, eu sei que ligar todos os modos de transporte é muitíssimo importante – quando eu viajo para o estrangeiro, e fazia-o com muita frequência antes da pandemia, até que enfim que, depois, em Lisboa, a linha do Metro chegou ao aeroporto. Não vai lá dentro, mas tem cobertura. Como no Aeroporto Sá Carneiro, até que enfim que a linha do Metro chegou lá, porque eu saio de Pombal, entro aqui na estação, apanho um comboio Intercidades, chego ao Porto, a Campanhã, entro no Metro, e saio dentro do aeroporto, e não chateio ninguém. E isto é que deve ser pensado no transporte público, e bem, embora, depois, a CP, o primeiro comboio que chega a Lisboa, chega às nove e meia passadas, isto é o ridículo deste país. Uma pessoa que pega às nove não pode usar os transportes públicos porque eles não chegam lá a tempo. É o ridículo deste país.

Mas, eu percebo a importância de um projeto intermodal que ligue, neste caso, a ferrovia à rodovia e a uma praça de táxis – pese embora eu também concorde, e disse-o aqui ao Eng.º João Catarino naquele dia, uma pessoa que eu respeito imenso – aliás, ele fez-nos um projeto que mais ninguém tinha coragem de fazer, que foi furar a ponte D. Maria, que é assim que as pessoas a conhecem, foi o único que teve coragem de dizer: “Não, eu furo, e garanto que a ponte não mexe um milímetro”, e não mexeu. Aliás, o portfólio da central de projetos, quem vir o portfólio daquele Gabinete de Projetos, tem obras que são uma referência a nível nacional, e portanto, merece o



MUNICÍPIO DE POMBAL

0016/CMP/20

30-06-2020

maior respeito. Mas, não é isso que me move.

Como eu estava a dizer, e para resumir, são as prioridades, e não é esta, é a discussão pública, e vou-lhe dizer: este projeto, em termos estéticos, puramente estéticos – porque a funcionalidade, eu nem sequer ponho em questão, evidentemente, mas em termos estéticos, pode ser a obra mais brilhante, e que mais venha a agradar aos Pombalenses, como pode ser o maior erro. E o senhor, como eu há bocado disse que não dormia, os senhores também têm isso às costas, evidentemente, e o senhor sabe o que é que eu estou a dizer. Não sei o que vai acontecer. Sabe porquê? Porque os Pombalenses não opinaram. E eu acho que aqui, mesmo a Lei não obrigando – a ORU obriga, a ORU diz, e adjetiva – eu não vou estar a repetir, mas é uma página e meia, diz bem como é que isto se tinha que divulgar, e chamar a participação do público, etc.

Dizer também isto, Sr. Presidente – e a prova de que concordo com muito daquilo que se propõe, em relação à regeneração urbana e à remoção de uma série de obstáculos, foi termos aprovado aqui, por unanimidade, a remoção das oficinas da CERCIPOM, porque aquilo é um tampão, é uma zona horrível da cidade, que nunca foi regenerada, e ainda bem no PEDU inclui, tirar dali as oficinas da CERCIPOM, e aprovámos a aquisição de um edifício novo, porque aquela zona – eu sei, e estou em crer, eu próprio nunca utilizaria a passagem inferior da REFER ali naquela zona, porque aquilo não tem iluminação, porque aquilo é uma zona suja, porque ninguém passa ali. Quem é que passa ali? Ninguém. Quando aquilo for regenerado urbanisticamente, eu acredito... As pessoas nem sabem que aquilo existe, e ela já está feita, e merece – como aquela grande plataforma ao lado da biblioteca, aquela mega rotunda de calçada, que não está ali a fazer rigorosamente nada, e muito bem, propõe-se que seja alterada.

Como eu disse, eu vou terminar; é a ausência de discussão pública, é não ser, para mim, uma prioridade, em terceiro, preocupa-me bastante – há uma coisa em que nós temos aqui que ser muito objetivos e muito claros: não são 4.000.000€; 4.000.000€ é a obra, mas não são 4.000.000€, e nem sabemos quanto é que vai ser. Nem sabemos quanto é que vai ser. E também posso dar aqui um exemplo: as duas passagens inferiores – eu vou usar estas expressões, a das Tremoceiras, no Largo do Pelourinho, e a outra lá mais ao fundo, na Rua João de Barros, cada uma custava, de caderno de encargos calculado, 450.000€, não chegava, as duas obras eram 900.000€, não chegava a 1.000.000€. E depois, a REFER e a CP impuseram-nos que tínhamos que ir contratar – como o Sr. Vice-presidente disse há pouco, são os tais três pontos – um seguro de responsabilidade civil, e eu ainda pedi uma cotação, e o seguro era uma pequena fortuna, como é evidente, porque tem que prever um acidente com um comboio, com passageiros, mortes, etc., tem que cobrir esses riscos todos, e o seguro era uma fortuna. Assim como o corpo de fiscalização da REFER, agora Infraestruturas de Portugal, porque a infraestrutura é deles, eles dizem: esta infraestrutura é minha, estes comboios, esta ferrovia, sou eu que faço a gestão, e eu tenho que meter aqui fiscalização minha. Esse corpo de fiscalização também tinha um valor muito elevado.

E por último, que o Sr. Vice-presidente não referiu, mas com a certeza de que fará parte do pacote, é a indemnização à CP, porque obrigatoriamente os comboios têm que afrouxar, e eu lembro-me que por cada afrouxamento, nós tínhamos que indemnizar a CP na exploração das viagens dos comboios.



MUNICÍPIO DE POMBAL

0016/CMP/20

30-06-2020

E portanto, sabem uma coisa? Estas três condicionantes da antiga REFER (hoje IP), o valor era muito superior ao valor da obra. Ou seja, os 900.000€ das duas passagens inferiores eram ultrapassados pelo valor das condicionantes que nós tínhamos que pagar à exploradora e à concessionária. E lembram-se qual foi a nossa decisão? Não fazemos, e abandonámos. Decidimos, não fazemos as passagens inferiores, porque era o que faltava: a obra custa menos de um milhão, e nós temos que pagar muito mais do que isso?

Estas são as minhas razões, Sr. Presidente. E também lhe digo uma coisa: faça-se a discussão pública, perceba-se quanto é que temos que pagar à IP, e eu estou perfeitamente disponível para estar aqui a dialogar, e para lhe aprovar eventualmente o projeto, sem prurido nenhum.

Eu acho que uma obra de 4.000.000€, que será mais, como eu disse, merece esta discussão.

Por último, como eu disse, não me levem a mal, mas isto é um órgão político, e eu também tenho que dizer isto, Sr. Presidente: a forma como os senhores têm feito a gestão de obras públicas, aí deixa-me os cabelos em pé. Eu já disse tudo o que disse, nem sequer sabemos o que aí vem, o projeto não tem licença, não sabemos quais são as condicionantes, o projeto ainda não está revisto, já tudo isto é muito cinzento, e depois, Sr. Presidente, a CIMU-Sicó é o que é, a Casa Varela é o que é, o Centro Escolar de Pombal foi o que foi, a requalificação urbana dos Governos – Vinagres foi o que foi, e esta, por maioria de razão, com a tecnicidade que implica, com o valor que está aqui implícito, com a parte de fiscalização, e colidir com outra estrutura, neste caso nacional, eu fico com medo. Fico com medo, e não estou nada confortável, nem me sinto à vontade. E vou dizer-lhe também, na Várzea, como eu disse, eu tenho a minha opinião, que é muito subjetiva, é muito minha, mas o projeto não é para mim; é para os Pombalenses. Não é só para mim, eu não posso escolher o projeto porque até gosto dele – porque gostei, eu tenho essa coerência, eu disse-o aqui, à sua frente, e de todos os que estavam presentes, e ao Eng.º João Catarino, eu gostei do projeto, gostei mesmo, foi uma solução muito mais estilizada, menos massiva, do que aquilo que estava no estudo prévio. Eu gostei do boneco, mas eu não sei se os Pombalenses vão gostar.

E portanto, tudo aquilo que eu disse até agora leva-me a ter muita ponderação, muito cuidado, em não querer aprovar nestes termos e nestas condições.

E para terminar mesmo, digo-lhe, Sr. Presidente e Srs. Vereadores, faça-se a discussão pública deste projeto com os Pombalenses, uma discussão pública a sério. O senhor lança o projeto ao público, quando já tiver os factos consumados relativamente às incógnitas – sobretudo, e para o que interessa, as condicionantes que a Câmara vai ter que pagar; em termos financeiros, à IP. Faça uma verdadeira discussão pública, dê trinta dias aos Pombalenses para se pronunciarem, não precisa de o fazer através do Diário da República, evidentemente, mas faça-se como a ORU diz para se fazer. E no fim de os Pombalenses se pronunciarem, e que eu tenha a perceção de que eles querem tanto esta obra como, por exemplo, querem o Parque Verde, eu não tenho prurido rigorosamente nenhum em lhe aprovar o projeto.



MUNICÍPIO DE POMBAL

0016/CMP/20

30-06-2020

Agora, nestas condições, e nestes termos, e com estas condicionantes, e sobretudo com estas incógnitas todas, o meu sentido de voto não vai ser favorável.

Muito obrigado.”

Presidente da Câmara Municipal:

“Faça favor.”

Narciso Mota (Vereador):

“Sr. Presidente, com ponderação e sendo breve, permita-me que eu diga o seguinte: eu penso que hoje vi, na hora de ponta, a utilização da passagem desnivelada da REFER, passei por lá e vi lá passar cinco ou seis pessoas, depois vi a passagem ali do Jardim das Tílias com muita gente, vi a passagem do Carlos Batista com pouca gente, muito poucos, mas vi com mais gente, depois, a passagem desnivelada do Pelourinho. E eu penso que para que o Sr. Vereador não continue a ser o Vereador rotulado das obras tortas, que deve ponderar em relação àquelas afirmações categóricas que faz aqui, porque nós estamos sempre a aprender na vida – até eu, com setenta e três anos, ainda estou a aprender muita coisa. O senhor tem que pensar que põe lá duas plataformas elevatórias para as pessoas entrarem lá com cadeiras de rodas, e tudo, tem custos de energia, tem custos de segurança e de manutenção permanentes, e depois, devia ter já uma estatística aqui, para ver o que eu vi hoje, às nove horas, ver quem é que passa mais pela passagem desnivelada da REFER, que está muito bem construída, com rampas, não tem escadas, não tem nada, e que está a cinquenta metros da estação de caminho de ferro, tem ali setenta e tal metros de frente que vai ser qualificada, e que vão ser demolidas as oficinas, que vai melhorar aquilo significativamente, e depois veja, e traga-nos a estatística de quem é que passa nessa passagem, ou passa a passar – pode agora ter uma estatística, atualmente, que já devíamos ter – quem é que passa nessa passagem desnivelada, quem é que passa na passagem desnivelada ali do Jardim das Tílias, quem é que passa a seguir, e quem é que passa nas outras passagens desniveladas. E depois de ter esta estatística é que vai ficar – para não ser rotulado de Vereador das obras tortas, sim senhor; o Sr. Vereador foi genial, teve esta estatística, agora apresenta-nos uma estatística, e convence o povo de Pombal de que, efetivamente, quem passa nos caminhos de ferro pode ver ali a ponte, e deixa de ver aqui o jardim, depois passa a ver quem é que utiliza agora, com a requalificação que ele está a ter; a utilização do jardim, qual é a privacidade que o jardim passa a ter – ou que agora tem, e que depois deixa de ter – e quais são as vistas que, efetivamente, os utentes da Linha do Norte têm perante a nossa cidade, que é aquela que nós queremos que seja frequentada, visitada e usufruída.

Lembra-se daquilo que agora aqui afirmou categoricamente, e depois vê “afinal eu tinha razão”, e era bom que o senhor tivesse razão. Mas, a verdade costuma sempre vir ao de cima, e o tempo dá razão a quem a tem. E se calhar, eu vou ter razão, e daqui a dois anos, ou três, depois de a obra estar feita, depois de conhecer a estatística de hoje, atualmente, e a estatística futura, começa-se a pensar que, de facto, aquilo foi investimento desnecessário, não foi prioritário, e que não se devia fazer. O PEDU tem determinadas verbas da Câmara Municipal de Pombal, em termos de apoio, nós tivemos 55.000.000€ de obras – o Sr. Presidente sabe muito bem isso – que foram aprovadas em 85%, e nós contávamos só com 60%, e agora sei que há obras que são



MUNICÍPIO DE POMBAL

0016/CMP/20

30-06-2020

âpoiadas em 100% se forem feitas entre junho de 2020 a julho de 2021. Vamos ver se temos aqui alguma obra para avançar rapidamente, para ter esse apoio a 100%, e não o perder. Mas, se calhar não vamos ter. E estamos a preocupar-nos com coisas que não são aquelas prioritárias, que trazem uma melhor qualidade de vida, e uma melhor acessibilidade às pessoas do Concelho de Pombal, e sem ser do Concelho de Pombal.

Era só isso que eu lhe queria dizer, Sr. Vereador, e pondere, e não tenha a certeza, na sua visão de analisar as coisas, que como Vereador das obras públicas, está a aprender aqui muito com os engenheiros, não lhes complique a vida na Câmara, aprenda com eles, que tem aqui muitos engenheiros civis de craveira, tarimba de vida e experiência, com mais de quarenta anos de atividade profissional, e não seja complicado; seja facilitador, desburocratize e ajude o Presidente da Câmara a resolver os problemas com a devida oportunidade, seja nas obras particulares, seja nas obras públicas, e não crie problemas.”

Presidente da Câmara Municipal:

“Muito bem, Srs. Vereadores. Mais alguém? Faça favor, Sra. Vereadora.”

Ana Gonçalves (Vereadora):

“Sr. Presidente, Srs. Vereadores, comunicação social, caros colaboradores do Município:

Muito já foi dito, e por isso eu vou tentar focar apenas alguns pontos. E sinceramente, Sr. Presidente, eu acho que um projeto com este nível de investimento, que ascende aos 4.000.000€, devia ter sido apresentado com mais tempo, para ser mais amadurecido, e para permitir encontrar soluções que correspondessem às reais necessidades e expectativas da população. Isto, por um lado.

E por outro, era importante – como os Srs. Vereadores também aqui afirmaram – conhecer todos os condicionalismos e os custos que estão, de facto, associados ao processo, junto da Infraestruturas de Portugal.

Das intervenções que já ouvimos, eu acho que é unânime a necessidade de uma intervenção urgente na central de camionagem e na sua envolvente, de forma a garantir não só uma maior segurança aos utilizadores, requalificar e dinamizar esta zona, que é, de facto, uma porta de entrada da cidade. Não posso concordar com aquilo que o Sr. Vereador Pedro Martins disse aqui, que a central de camionagem não é um sítio de estacionamento e que não está lotada. E portanto, perspetivando-se um aumento da utilização do transporte público, devia esta intervenção acautelar as necessidades futuras e resolver alguns problemas e algumas lacunas que hoje são visíveis para todos.

Relativamente à passagem superior, eu entendo que, de facto, é uma obra icónica, que liga as duas zonas da cidade, e havendo financiamento comunitário, é, de facto, uma oportunidade. No entanto, e como também os Srs. Vereadores aqui expressaram, tenho muitas dúvidas quanto à sua fruição e à sua utilidade. E portanto, eu acho que o foco devia ter sido privilegiar o investimento na central de camionagem.

Face àquilo que apresentei, como compreendem, acho que não reúne condições para votar favoravelmente a proposta. No entanto, e por uma questão de coerência, e uma vez que em Orçamento, como sabem, votei sempre favoravelmente os investimentos do



MUNICÍPIO DE POMBAL

0016/CMP/20

30-06-2020

PEDU, e não querendo condicionar a execução de um compromisso do Executivo, irei abster-me na votação.”

Presidente da Câmara Municipal:

“Pedro, faça favor.”

Pedro Murinho (Vereador):

“Sr. Presidente, obrigado.

Eu volto a repetir, Sr. Eng.º Narciso Mota, eu comecei por dizer que atendo a todas as opiniões, e atendo a sua, não vou estar aqui a discutir consigo sobre opiniões. O senhor tem as suas, eu tenho as minhas, o senhor aprende, eu aprendo, eu tenho muito mais a aprender do que o senhor, porque tenho uma vida ainda pela frente, maior do que a sua, e eu espero que assim seja, mal seria. E portanto, nada mais tenho a acrescentar àquilo que o Sr. Engenheiro aqui disse.

Mas, respondendo concretamente às questões técnicas, relativamente ao parecer da IP, Srs. Vereadores, obviamente que, mais do que ninguém, eu gostaria de ter aqui hoje o parecer técnico da Infraestruturas de Portugal. O nosso interlocutor na Infraestruturas de Portugal, Dr. António Rodrigues, está a fazer os possíveis, porque, realmente, fomos apanhados desprevenidos, e nós tínhamos o nosso timing, fomos apanhados desprevenidos com o despacho. Não há nada a esconder; volto a repetir, gostaríamos de ter aqui hoje, mas aquilo que articulámos os dois é que, em princípio, na próxima semana já teremos o parecer da Infraestruturas de Portugal, com a respetiva licença. E portanto, como tiveram oportunidade de reparar no Ponto n.º 18, das especificações do procedimento, a responsabilidade do cumprimento das condições de execução das obras impostas e dos condicionalismos impostos pela Infraestruturas de Portugal estão a ser colocados na responsabilidade do adjudicatário, que por sua vez também ficarão explanadas no caderno de encargos.

Aquilo que queria concertar com os Srs. Vereadores, e inclusive já articulei aqui com o Sr. Presidente, se porventura as condições que forem impostas pela Infraestruturas de Portugal, e que são colocadas à responsabilidade do adjudicatário, se os custos associados a elas forem de valor que implique a alteração do valor base – porque é disso que estamos a falar; obviamente que essas condições terão custos para o adjudicatário, e se percebermos que teremos que aumentar o preço base para acomodar essas mesmas condições, durante o mês de julho – porque o prazo que temos aqui, da parte do despacho do Sr. Secretário de Estado, obriga-nos a publicação em julho deste ano – se houver aqui necessidade de alterarmos o valor base, para dar cumprimento a essas mesmas especificações técnicas da IP, procuraremos trazer novamente o processo aqui para aprovação da nova base e do novo caderno de encargos.

E portanto, fica este compromisso, assim como – também não tenho ensejo em dizê-lo – se no âmbito da revisão do projeto – que, à partida, isso não irá acontecer, porque aquilo que estamos a falar, das situações que estão a ser clarificadas por parte do nosso revisor, não há aqui questões de construção e de estrutura que estejam a ser colocadas em causa, o que poderá haver aqui são especificações técnicas de montagem, faltam aqui elementos clarificadores que nos deem nota do tipo de montagem de algumas peças, são situações dessas de que, à partida, estaremos a falar. Mas, se



MUNICÍPIO DE POMBAL

0016/CMP/20

30-06-2020

também houverem aqui situações, no âmbito da revisão do projeto, que obriguem a alterar o preço base, durante o mês de julho – porque teremos duas reuniões de Câmara, no dia 10 e no dia 24 – procuraremos trazer novamente o processo para introdução destas alterações. Obviamente que era aquilo que gostaríamos de fazer, mas, volto a repetir, não querendo que isto seja, obviamente, uma desculpa, insistentemente, mas temos que ter aqui em conta que o despacho assim nos obriga, a que a abertura do procedimento contratual se inicie durante o mês de junho, e portanto, teremos que o fazer, sob pena, obviamente, de deixarmos cair a candidatura. E portanto, era isto que eu queria esclarecer aos Srs. Vereadores.”

Presidente da Câmara Municipal:

“Muito bem.

Srs. Vereadores, parece que com as declarações que aqui ouvimos, o projeto tem condições para avançar nos termos em que é proposto. Mas, eu percebi – também temos que pôr em cima desta discussão que os Srs. Vereadores evoluíram nas vossas posições, sob o ponto de vista do acompanhamento de todo este processo, que tem vários anos, e isso saúda-se, porque se percebe que se empenharam e que o conhecem, e só assim é que podem evoluir nas vossas posições, mas também percebemos que há declarações que manifestam que aqueles que tinha, se calhar, responsabilidades específicas em algumas das matérias não fizeram o trabalho de casa na altura certa, e não chegaram a dar o seu contributo, nomeadamente, por exemplo, quanto àquilo que possam ser os impactos dos transportes urbanos, nomeadamente a Sra. Vereadora Ana Gonçalves, como aqui acabou de dizer. E houve muito tempo para se poder fazer isso. Eu percebo também que dê muito trabalho ler o masterplan, a candidatura ao Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano, a decisão, a ARU, a ORU, eu percebo que dê muito trabalho ler isto tudo, mas esta é a obrigação dos Srs. Vereadores. E portanto, chegar a esta altura e não perceber qual é a finalidade daquilo que se está a fazer, é lamentável, sob o ponto de vista do empenho com que o mandato é levado e cumprido, porque esse é o pressuposto da nossa missão política. E portanto, esta devia ser uma matéria que devia estar na cabeça de todos, independentemente das opiniões e da sua evolução, que eu aqui vou respeitar.

Parece-me que temos praticamente unanimidade nas intervenções de requalificação do espaço público, e que a situação que para os senhores é mais complexa é a passagem superior – julgo que sintetizei bem – e portanto, melhorarmos, mesmo que se entenda cosmeticamente. Eu não conheço nenhum relatório feito por nenhuma operadora, nem por nenhum serviço municipal, que me diga que a nossa central de camionagem é deficitária sob o ponto de vista de espaço, de cais e de parque, para coisa nenhuma. Não conheço esse relatório, admito que possa haver uma perceção disso a horas de ponta, mas se os senhores tiverem em linha de conta que uma das questões que foi introduzida neste mandato passava precisamente pela obrigação de levar os alunos à porta das escolas, precisamente para evitar, primeiro, que eles tivessem que fazer os percursos a pé, segundo, que esse conforto e tranquilidade dados aos pais fosse feito de tal maneira que eles acreditassem que era possível usar uma rede de transportes públicos com crianças com dez anos, quando vêm para o quinto ano, que lhes daria a



MUNICÍPIO DE POMBAL

0016/CMP/20

30-06-2020

todos um conforto, uma autonomia, uma funcionalidade, uma rapidez e uma segurança que todos apreciaríamos. E foi isso que se fez. Nem todas as operadoras, é verdade, cumprem com aquilo que foi estabelecido, nem todas respeitam aquilo que são as regras que estão aprovadas na nossa Carta Municipal de Educação, e agora na estratégia – isso é outra situação, que já aqui falámos sobre o assunto.

Se a situação que concretamente é mais preocupante é a ponte, esperemos por fazer a ponte. Se os senhores acham que o impacto que a ponte tem, que não se justifica, que não tem essa utilidade, vamos aguardar para perceber se, efetivamente, uma melhor sinalização, acesso, iluminação, proximidade de estacionamentos, à atual passagem inferior dentro da linha de caminho de ferro, faz sentido? Podemos esperar. Eu acho, infelizmente, que grande parte daquele projeto foi feito, como já falámos há quinze dias – e na discussão pública também tivemos ocasião de o dizer – exclusivamente a pensar em distribuir o público dentro da estação, e não tanto como interface, como zona de ligação, do lado nascente para o lado poente. E acho que essa funcionalidade ficou bastante aquém do que poderia ter sido. Não vale a pena encontrar culpados, foi aquilo que se fez. Aliás, o propósito de grande parte das discussões que nós temos suscitado com os operadores e com os concessionários – estou a falar, por exemplo, com a Infraestruturas de Portugal e com a REFER – tem a ver precisamente com esse ponto: os senhores não podem pensar e agir, que quando fazem intervenções nos vossos espaços, não interagem com o espaço envolvente. Por isso é que nós somos donos do projeto do IC2. Porquê? Porque interage com o espaço envolvente, porque corta o Município em dois e nós não queremos fazê-lo. Este projeto da REFER é outro sinal.

Portanto, nesse aspeto, sob o ponto de vista da leitura do território, das influências e das complementaridades, e das responsabilidades que temos, mudou muita coisa, e mudou muita coisa porque politicamente foi essa a determinação que eu tomei. Porquê? Porque acho que é melhor para todos. Acho que é melhor para todos.

Eu percebo que o Eng.º Narciso Mota disperse algumas das suas opiniões, legítimas, críticas, ao Sr. Vereador das obras públicas, mas eu estou aqui para assumir as minhas responsabilidades, deixe-me dizer-lhe. Entre aquilo que o senhor disse, e o Dr. Michael, vai uma grande diferença, sobre o conjunto de circunstâncias que ele aqui detalhou, e que me obriga a ter que dizer alguma coisa.

Eu acho que identificar cinco empreitadas, como aquelas que disse, em que houve dificuldades de vária monta, para pôr em causa, não o projeto político, mas o cumprimento técnico de um departamento que tem, admito, nesta região, muito poucos competidores à altura, em dimensão e em volume de obras, e em número de empreitadas que realiza por ano, é, de facto, diminuir um serviço, como dizia bem o Eng.º Narciso Mota, muitíssimo capacitado. Temos situações que não correm bem? Temos, sim senhor. Não queríamos que as coisas corressem mal? Não, não queríamos. Trabalhámos para que elas corressem mal? Não, não trabalhámos. Os serviços dão o seu melhor? Eu quero acreditar que sim, e espero que algum dos senhores, no dia em que entender que algum desses serviços não funciona bem, faça aquilo que eu tenho que fazer, que é aquilo que me dá mais trabalho, que é chamar à atenção, investigar, pedir responsabilidades. E essa é a função do Presidente da Câmara, que pode dar muita intranquilidade política, mas há uma coisa que não lhe tira, que é critério. E o



MUNICÍPIO DE POMBAL

0016/CMP/20

30-06-2020

tempo, em algumas matérias, acrescentará outra coisa, que é a razão. E isso, se calhar faz a grande diferença entre as características das pessoas, aqueles que têm uma coluna vertebral que lhes permite condicionar essas circunstâncias em função daquilo que lhes interessa pessoalmente, e os outros, que põem os interesses dos outros à frente dos deles, e não têm medo – não têm medo de perder eleições, não têm medo de ficar em minoria, não têm medo de ser vilipendiados, não têm medo, porque o tempo vai demonstrando. E tem demonstrado, até mais depressa do que eu pensava. Mas, isso é muito revelador, e cada um tirará as suas conclusões.

Mas, há uma coisa que eu acho que, de facto, na política, e considerando a idade média desta Câmara, começa a existir, e que com as referências que eu tenho, que são um bocadinho mais antigas – e apesar de tudo, deixem-me dizer-vos, bastante melhores, na minha opinião, a começar pelo Eng.º Narciso Mota, bastante melhores – que há aqui uma grande diferença sob o ponto de vista do pensamento político, e daquilo que hoje deve ser político: é que nós temos uma parte da nossa geração, onde eu não me quero incluir, que tem medo de decidir. Tem medo de decidir. Um político medricas não serve para nada, e nós não podemos ter medo de decidir. Não fiquemos à espera de termos unanimidades nas matérias.”

Michael António (Vereador):

“Aquilo que o senhor disse, eu concordo plenamente, mas tem lá muitos no PSD.”

Presidente da Câmara Municipal:

“Não, estão bem distribuídos, é uma democracia. Mas, isto é o sinal dos tempos, caros Srs. Vereadores. Este é o sinal dos tempos. E esse sinal dos tempos, que são tempos da sociedade, não são tempos só dos Partidos, porque o que nós temos é uma manifestação da expressão pública vivida na sociedade contemporânea, é isto que nós temos, e vamos continuar a ter. E essa diferença vai passar a ser uma diferença individual, não uma diferença dos grupos e dos Partidos, porque atrás da democracia e desse grande direito de manifestação que cada um tem, tudo se irá justificar, disparando-se para todo o lado, pondo-se tudo em causa, e depois alguém achará, se tiver essa disposição, com bom senso ou segundas intenções, de ir comendo o ramalhete para ver se leva as coisas a bom porto. Por isso é que é muito importante eu aqui reiterar as palavras que os Srs. Vereadores já me dirigiram várias vezes: não há nada como entregar um poder a alguém, não há nada quanto isso. E eu estou descansado, porque sou eleito, a primeira vez que vim a votos foi em 1989, antes do Eng.º Narciso, fui membro desta Câmara em 1991, da Oposição, e portanto, tenho sido um espetador atento, e noto esta grande debilidade, que é: eu sei que é muito mais simpático procurarmos agradar a toda a gente; mas, quem é que tem noção de que isso é possível, e depois, que é útil? Eu não tenho essa noção. Porquê? Porque as diferenças fazem-se por isso.

E eu percebo que possa ser uma coisa ousada, e é. Eu percebo que nós queiramos fazer estudos sobre se as pessoas vão mais a pé, se era assim, se era assado, podemos fazer esses estudos todos para fazermos essas discussões, tudo isso é válido, eu admito que, de facto, quem estiver nesta cadeira no futuro a fazer essas decisões, eu vou esperar que esses bons critérios, bastante mais teóricos do que práticos, depois funcionem



MUNICÍPIO DE POMBAL

0016/CMP/20

30-06-2020

todos lindamente, e que o cotidiano dos responsáveis tenha esse tempo, essa capacidade, essa organização, que tudo consiga cumprir. Eu acho que o Presidente da Câmara de Lisboa, era isto que pensava, quando ontem teve que vir reconhecer que está tudo a ser feito mal em Lisboa, mas quem o ouviu falar dos últimos cem dias, ninguém achava mal; quem o ouviu dizer o que disse acerca do Presidente da Câmara de Ovar, percebe que, se calhar, temos aqui mundos diferentes. Pois, mas é que nós estamos no mundo da Terra, com os pés bem assentes na Terra, todos os dias.

E portanto, eu acho que pode fazer sentido fasearmos isto. E portanto, o parque de estacionamento do lado da biblioteca, julgo ser pacífico; a requalificação da central de camionagem, a mesma coisa; a melhoria daquele espaço envolvente, considerando a saída da CERCIPOM, também; a melhoria deste PT, e das instalações sanitárias, do parque infantil que aqui está, temos que ver se é possível, mas julgo que também seria razoável. Já não sei se a ligação do Largo Salgueiro Maia aqui, faria sentido, não tendo a ligação, mas pode ser que faça, acho que é uma questão que se pode apreciar. O que significa que não teríamos elevadores, não teríamos rampa, não teríamos passagem superior, podemos ter aquela pala de proteção por cima da zona pública, onde tudo isto aterraria, de hoje a amanhã, quando se fizesse essa passagem superior. Mas, o que eu acho que faz a diferença, de facto, nos territórios e nas pessoas é ousar. Ainda hoje se ouvem observações sobre as características da Torre de Menagem do Castelo de Pombal, ainda hoje, e vamos continuar a ouvi-las durante muito tempo. Ainda hoje – menos expressiva, apesar de tudo – ouvimos comentários sobre as características da cobertura do Centro de Negócios, no Largo do Carmo. Sempre houve circunstâncias destas, e sempre haverá, e isso é uma coisa que eu acho boa, não acho que seja um fator que diminua os territórios.

Por isso, se os senhores concordarem – e eu vou tentar perceber agora, para não me esquecer, porque o Sr. Vereador fez aqui uma observação que para mim é absolutamente estranha, sobre a entrega da documentação para esta reunião, eu vou tentar perceber, porque os meus despachos foram todos feitos a tempo para as coisas poderem sair com o tempo mais que suficiente. Aliás, nos documentos que são mais demorados, como já se aperceberam, faço um esforço para que os Srs. Vereadores possam receber antes, para terem esse tempo todo, e se não forem coisas que têm que ser urgentes, até podem ser discutidas mais tarde, porque eu não vejo inconveniente nenhum nisso – há outras em que, infelizmente, não temos essa possibilidade.

E portanto, a proposta que eu faria era que a empreitada, nos termos em que está, considerando que vai ter que ter ainda uma apreciação pela Câmara, nomeadamente quando tivermos alguma observação que precise de ser vista pela Câmara, relativamente à revisão do projeto – e isso é imperativo – que sem prejuízo da aprovação de tudo, que é o que está em cima da mesa, a execução será feita na parte que não incluía a passagem superior. Fica o projeto com estas características, o Município, quando quiser fazê-lo, tomará a sua decisão, vai ter que o voltar a apreciar, a aprovar, e portanto, tomará a sua decisão. Eu acho, confesso-vos, e respeitando aqui a vossa opinião – e deixem-me falar-vos com a maior sinceridade, para vos dizer que, mais uma vez, aqui, as diferenças de opinião que existem entre os Srs. Vereadores são todas fundamentadas por razões diferentes, isso parece ser inequívoco nas palavras



MUNICÍPIO DE POMBAL

0016/CMP/20

30-06-2020

das pessoas, onde se encontra uma diferença assinalável entre aqueles que só pensam neles, e aqueles que pensam no coletivo. E naqueles que mostraram a sua opinião contrária, há pessoas que pensam no coletivo, na minha opinião, que também sou cidadão, também voto, apesar de tudo, também tenho direito de opinião e de avaliar as características das pessoas que se apresentam como candidatos à Câmara, como Vereadores, e por aí fora.

E isso mostra-nos aqui outra grande debilidade – mas essa, não há nada a fazer; porque estes lugares têm, de facto, esta grande virtude também, que é que ao nos exporem, esclarecem os outros. Ao nos exporem, esclarecem os outros, e depois, cada um tem as suas opiniões. Por isso é que as pessoas têm que se concentrar mais na condução da sua vida pelos princípios, mesmo que façam erros, do que pelos fins. E isso faz toda a diferença, porque se nos concentrarmos nos fins, perdemos os princípios, mas se mantivermos os princípios, vamos normalmente atingir os fins. E se não conseguirmos fazê-lo como gostaríamos, a vida continua. Não há vidas perfeitas na ótica de ninguém, e todos temos situações que não nos correm como gostaríamos.

E portanto, Srs. Vereadores, vamos votar a operação, e portanto, cumprimos aquilo que está estabelecido. Acho que esta matéria, de facto, podia ter tido uma discussão pública há muito mais tempo, a questão não é essa. Percebemos também, e é importante que aqui se diga, que a mobilização partidária feita à volta do Jardim da Várzea, aqui não teve tanto efeito, e também é importante nós percebermos as diferenças que aqui estão, sob o ponto de vista da sua verdadeira intenção – legítima, aliás. Mas, não vale a pena tentarmos esconder as evidências. Porquê? Porque, se calhar, nesta situação em concreto, as matérias eram um bocadinho menos pacíficas em alguns sítios. Eu gostava que a minha cidade, sede do meu concelho – e deixem-me dizer-vos que não entendo que haja aqui desequilíbrio dos investimentos feitos na cidade, relativamente a financiamentos feitos em qualquer uma das nossas freguesias, e nestes anos todos de articulação com os Srs. Presidentes de Junta, nunca houve nenhum, de nenhum Partido, em nenhum dos mandatos, que mo dissesse. Isso, para mim, prezo-o sob o ponto de vista de um equilíbrio e de uma equidade decisória, de forma, para mim, muito apreciável, acho que não me fizeram nenhuma simpatia, nem nenhuma omissão; acho que foram sinceros, porque a sua reivindicação é essa mesma. Uma coisa é dizer que precisavam de mais, outra coisa é dizer que o critério foi mau, que é uma coisa distinta. E portanto, não acho isso. Aliás, o exemplo que demos – e hoje à tarde vamos vê-lo, que eu terei ocasião de o mostrar na Assembleia Municipal, se os Srs. Vereadores lá estiverem, quando formos ver, de facto, onde é que está o incremento nas obras de saneamento, e com que dinheiro é que elas foram feitas, vamos perceber que, de facto, se continua a fazer um investimento grande para servir mais pessoas, e mais há agora para fazer; como aquele que, entretanto, aprovámos na última reunião, relativamente às questões do respetivo financiamento.

E portanto, aprovando o projeto, eu pediria imediatamente ao Sr. Arq.º Catarino que expurgue para este concurso – como já vimos aqui, tem aqui uma prévia qualificação, e é a nossa proposta, expurgue a passagem superior, e aquilo que são as respetivas acessibilidades, ficaremos aí com uma ideia clara sobre quanto é que aquilo custa, que



MUNICÍPIO DE POMBAL

0016/CMP/20

30-06-2020

deve ser a diferença, mas há umas que vamos pressupor que aquilo possa existir, acho que não fica nada muito prejudicado, sob o ponto de vista funcional. Gostava que a cidade fosse ganhando elementos que a distinguissem, que mostrassem o arrojo dos seus autarcas e da sua população, porque há uma coisa de que eu não tenho dúvida nenhuma: não introduzir, para uma população mais velha, alterações significativas ao cotidiano, é seguramente a forma mais fácil de ganhar eleições, não é introduzir inquietude, discussão, escolha, diferenças de leituras, arrojo, transformação, inovação. Essas são sempre bastante mais polémicas. Mas, não é verdade que a porta larga seja a melhor; a porta estreita é que é o caminho. E nós, se olharmos para estas matérias sob o ponto de vista individual, pessoal, seja partidário, seja pessoal individualmente, percebemos que, de facto, a atividade política não é para ser feita assim; não é para ser feita assim.

E portanto, os Srs. Vereadores deram os vossos sinais, eu ponderei-os, acho que vale a pena fazer o projeto dentro deste espírito, e depois, se houver alguém mais corajoso noutra tempo – porque não é a primeira vez que, neste concelho, e em decisões em que eu participei, nós estivemos à frente do tempo; não é a primeira vez. Aliás, em algumas matérias, se calhar menos tangíveis, nós continuamos a fazê-lo. E é rara a vez em que quem está de fora – academias, forças políticas, olham para esses nossos projetos e não reconhecem, de facto, essa inovação, na ação social, na educação – eu lembro-me das discussões que nós tivemos quando a Câmara propôs integrar a ARTEMREDE, que é presidida hoje pela Vereadora da Cultura da Câmara Municipal de Lisboa. E nós percebemos, de facto, que por vezes essa inovação, esse arrojo, perturba, mas a ideia, de facto, é perturbar positivamente, não é que seja negativamente, e temos essa clarividência na identificação das propostas, e nas nossas escolhas.

Portanto, acho que, de facto, o espaço precisa de ser qualificado, de um lado e do outro, vamos tentar fazer o possível, temos aqui trabalho para fazer, porque não calculo que seja uma tarefa muito fácil. E portanto, vamos votar a proposta como ela está, e os Srs. Vereadores ficam já com a noção de que, relativamente à passagem superior, eu respeitarei aqui as opiniões dos Srs. Vereadores, vamos apelar, de facto, a que esta ligação pedonal existente, nascente – poente, dentro da linha de caminho de ferro, seja aqui a matéria que mais funciona. Admito – e deixem-me antecipar-vos já esta circunstância – que nesta empreitada, a melhoria das acessibilidades feitas diretamente ao Largo Salgueiro Maia possa ser mais complexa, porque estamos a falar dentro do domínio público ferroviário, e nada disso foi discutido, mas também não tem que ser feito já, provavelmente vamos ter tempo para o poder resolver. Do lado de lá, as matérias já estavam relativamente acauteladas, isto é, no lado poente, do lado da CERCIPOM, a ligação à passagem inferior estava já acautelada com a praça que estava projetada atrás da zona da bilheteira, e fazemos assim uma coisa menos conseguida, é assim um bocadinho “poucochinho”, mas esse poucochinho ficará transitivamente – e espero que seja durante muito pouco tempo, e que, pese embora a discussão feita há vários anos – porque a opção pedonal tem anos, não tem dias; a opção pedonal tem anos – e essa opção ter anos, e parecer aos olhos de todos uma matéria que agora pode ser um bocadinho mais estranha, é que me deixa um bocadinho intrigado. Pessoalmente, sei quais são as razões que existem atrás destas matérias,



MUNICÍPIO DE POMBAL

0016/CMP/20

30-06-2020

mas há uma coisa que quero dizer aos Srs. Vereadores: os senhores nunca pensem que eu trago aqui propostas que são as melhores para mim. Nunca vos trouxe aqui propostas armadilhadas. E quando for uma proposta armadilhada, eu vou dizer-vos, digo logo “esta é armadilhada”.

Só para terminar, os meios públicos têm um tempo para ser utilizados, têm um calendário para serem utilizados, os financiamentos comunitários, se não forem atingidos, são removidos. Os senhores dirão que é verdade que existem outras coisas para fazer. Eu gostava muito de podermos ter a discussão de ter puxado esta passagem superior para a passagem inferior no topo do Alberto Santiago, mas as questões objetivas com que foi programada a área de regeneração urbana impedem que possamos fazer intervenções com espaços com menos de trinta e cinco anos – está lá – o que significa que nós chegamos ao Largo do Teatro Cine e temos que parar. Porquê? Porque a Urbanização Alberto Santiago não está abrangida dentro daquele património que, sendo de alguma idade, já precisa de ser renovado. E ali a rua, e o cruzamento que temos, está já dentro do loteamento. Portanto, eu gostava dessa discussão, mas nesta fase, não é possível. Dava jeito fazer noutros locais? Pois, mas a candidatura é para centros urbanos com estas características, não é para outros. E portanto, já fizemos essa discussão. Os senhores podem dizer que está tudo mal; olhem, quando estive, a convite da Comissão Europeia, em Santiago de Compostela, há uns meses atrás, a falar sobre estas questões da regeneração urbana, e a ouvir, essa foi uma das declarações que eu fiz: os senhores não podem continuar a tomar decisões para todo o território da União Europeia, como se todas as cidades fossem iguais, tivessem os mesmos problemas e tivessem os mesmos objetivos. Está errado, porque os problemas de Barcelona não são os de Pombal. Nós queremos turismo, eles estão fartos de turismo. Dão dinheiro para o turismo? Mas, eu não quero; o que eu quero é que me dê dinheiro para proteger os meus que cá estão. Portanto, não pode ser feito assim. O problema está na base? Está, esse é outro problema. Não estamos a discuti-lo, estamos a discutir aquilo que é o modelo que está formatado para estes concelhos, que tem esta imagem, os senhores usam ou não usam, canalizam mais aqui, canalizam mais para ali, fazem mais um estudo, fazem mais assim, fazem mais assado.

Há uma coisa de que eu não tenho dúvidas, e deixem-me dizer-vos: tem-se feito um trabalho que não nos envergonha. Os Pombalenses têm orgulho na sua cidade. Eu ouço muitas declarações de muita gente que gosta de mostrar muitas coisas que têm sido feitas. Agora, há uma coisa de que não há dúvida nenhuma: se por mero interesse partidário, ou outro, a lógica é denegrir, convencidos que prejudicam o Presidente da Câmara, não o prejudicam; prejudicam é o nosso território. Mas isso, radica sempre no mesmo problema: no egoísmo, no individualismo e no “eu”, e o “eu”, e o “eu”. E este órgão é um “nós”, não é um “eu”. E é por isso que nós temos que olhar para estas matérias, estamos à vontade com a forma com que cada um exerce o seu mandato, naturalmente, não há aqui regras para isso – como já vimos, aliás – nem há regras, nem há fidelidades, nem há princípios, nem há memória, nem há compromissos, nem há programa eleitoral; cada um faz o que lhe dá na real gana. E depois, é natural que no final se diga que as pessoas não acreditam nos políticos. Bem, eu também, por esse



MUNICÍPIO DE POMBAL

0016/CMP/20

30-06-2020

aspeto, não acreditaria.

Dr. Michael, faça favor.”

Michael António (Vereador):

“Sr. Presidente, muito brevemente, mas eu quero deixar aqui este comentário.

Primeiro, vou começar por aquilo que realmente interessa, e dizer-lhe o seguinte: eu já votei contra, porque estamos a votar 4.000.000€ para o projeto todo, mas como lhe disse há pouco, e com a mesma coerência – e ainda bem que o senhor, na minha opinião, finalmente ouviu bem os outros, compreende esta sensibilidade, acho que também está consciente do risco. Eu também gosto de arriscar; quando foi aqui em frente, Sr. Presidente, o senhor lembra-se, tivemos que mandar cortar as árvores todas, e foi de madrugada, e é preciso ter coragem. É preciso ter coragem, e teve-se coragem, nunca disse o contrário. E dizer-lhe que estou disponível, como disse há pouco, quando o senhor trouxe, então, o projeto alterado e faseado – porque eu não tenho dúvida nenhuma, como lhe estava a dizer há pouco, que a zona do poente, do lado da CERCIPOM e da biblioteca, precisa, precisa muito de ser regenerada urbanisticamente – e já agora, faço aqui um apelo, que tenho a mesma opinião, mas a Dra. Odete Alves foi quem puxou o assunto, na intervenção do Eng.º João Catarino, que foi: já que se vai alterar – porque já não vai ter o segundo piso, digo eu, ou terá, não sei, pode-se até fazer faseadamente, e dizer que a passagem pedonal superior fica prevista para um dia mais tarde, não hipotecando, mas faz-se um dia mais tarde. Não sei se é isso que o senhor está a propor. O que eu acho é que o lado poente precisa ser regenerado urbanisticamente, e fazer a seguinte sugestão: a passagem inferior à linha da REFER já existe, e portanto, se ela for devidamente ligada à central de camionagem, com cobertura – eu percebi que não convém, mas há soluções envidraçadas, há muita solução – eu penso que será um primeiro passo muito importante, porque se aquela passagem inferior estiver devidamente visível, identificada, e convidar a chegar lá, e depois, do lado do Salgueiro Maia, idem – porque já está até aprovado, e as obras vão ser executados – eu penso que será um primeiro grande passo. E um dia mais tarde, quem sabe – e aí, eu vou já dar-lhe a minha sugestão, porque eu já visitei muita cidade no mundo onde se mandou a pedra para o charco e se revolucionou, e há belíssimos exemplos – eu estou sempre a falar no de Bilbao, mas há muitos, cidades espanholas aqui ao lado, onde foram feitas intervenções magníficas, que não digo que são unânimes, porque não existem unanimidades, mas que colhem, na sua esmagadora maioria, a opinião do mundo inteiro. Os meus pais são emigrantes, e eu lembro-me de ser garoto e de fazer a rota do emigrante de carro, todos os anos o mesmo trajeto, Bilbao era a cidade mais feia, mais poluída, e eu lembro-me perfeitamente que era uma cidade industrial cinzenta, com um dos rios mais poluídos da Europa; hoje é dos exemplos que são mais falados no mundo inteiro. E portanto, acho que sim, mas peço-lhe, então, o seguinte: faça-se a discussão pública, que não custa nada ouvir os Pombalenses. Eles têm a opinião deles, e já que se vai alterar alguma coisa, convidar, e até pode já lançar a ideia: isto foi à reunião de Câmara, pensou-se melhor, e afinal o que estamos a pensar é isto. Querem dar contributos? Sr. Presidente, depois aí também ganha essa tal legitimidade – eu sei que é preciso ter coragem e tomar decisões, e não esquecendo isso, fazer o processo participado, porque nós estamos aqui os nove a



MUNICÍPIO DE POMBAL

0016/CMP/20

30-06-2020

decidir, mas porque não perguntar aos Pombalenses: acham que esta seria uma solução melhor? Eventualmente, até lhe vou dizer o seguinte: se calhar, se apresentasse o projeto com a passagem pedonal superior, eventualmente os Pombalenses até diriam que, sim senhor, isto é rasgo, é estratégia, é visão, é uma aposta. É uma aposta temerária? Se calhar, mas não sabemos. E eu acho que aí, é importantíssimo.

Hoje eu voto contra, como é evidente, porque são os 4.000.000€, e é o pacote todo. Mas, face a essa alteração, como eu disse, fazendo uma verdadeira interface com aquilo que já existe, a passagem inferior, e eu cá estarei com todo o gosto para lhe fazer aprovar essas intervenções – como, de resto, lhe tenho dito ao longo do mandato, aprovei-lhe a esmagadora maioria das matérias que o senhor aqui trouxe, a esmagadora maioria, pese embora não concordar com as suas prioridades, como lhe disse também, e já sabe qual é a minha opinião.

Para terminar, isto foi do projeto, e já percebe a minha declaração de voto, e o que é que eu pretendo. Cá estarei para aprovar faseadamente, e de uma forma diferente. Mas, por favor, e é isso que eu solicito – porque isto não é obrigatório por Lei, mas está na ORU: faça-se uma verdadeira discussão pública, porque eu tenho a certeza que saímos todos a ganhar – ganha o senhor; ganha o órgão coletivo todo.

E agora, o comentário político: eu não posso estar mais de acordo consigo no seguinte: os políticos e os dirigentes são para tomar decisões, doam a quem doer, agradem, ou não, às pessoas. Mas, uma coisa é certa: uma decisão nunca agrada a duas pessoas de forma igual, e vai sempre desagradar a alguém. E infelizmente – e eu não digo isto com prazer nenhum, porque tenho-o dito publicamente, mas já que o senhor falou de questões partidárias, neste momento, o senhor tem um Presidente de Comissão Política que, infelizmente, é isso mesmo, não toma decisões. Lamento dizer isto, porque estudámos juntos, ele é meu amigo, mas eu tenho-lhe dito isto: é preciso tomar decisões, não se pode andar a bater nas costas de toda a gente, e a agradar a toda a gente.

Tenho dito. O senhor falou bastante de política hoje, eu só fiz este comentário.

Muito obrigado.”

Presidente da Câmara Municipal:

“Eu fiz em geral.

Dra. Ana Gonçalves, se faz favor.”

Ana Gonçalves (Vereadora):

“Sinceramente, eu tenho muita pena da forma como o Sr. Presidente, em todas as reuniões, faz questão de atacar os Vereadores do PSD. Acho sinceramente que não merecemos.

De qualquer das formas, Sr. Presidente, relativamente a este projeto, eu acho que deve ficar aqui esclarecido que os Vereadores do PSD apenas foram envolvidos nesta discussão na apresentação de 19 de junho. Ou seja, nós tivemos, enquanto Vereadores deste Executivo, a primeira reunião da apresentação, onde os Srs. Vereadores estiveram presentes, e depois dessa data, há dois anos, nunca mais fomos envolvidos. Ou seja, o Vereador – neste caso, o Eng.º Pedro Murinho – partilhava connosco em alguns momentos aquilo que acontecia nas reuniões, mas nós nunca fomos envolvidos.



MUNICÍPIO DE POMBAL

0016/CMP/20

30-06-2020

portanto, Sr. Presidente, não venha dizer que foi falta de vontade de estudar as matérias. E portanto, eu queria só deixar este esclarecimento, porque não sei, sinceramente, o que é que o Sr. Presidente ganha com estes ataques pessoais. E tenho pena que não mude a sua atitude.”

Presidente da Câmara Municipal:

“Muito bem. Sra. Dra. Ana Cabral, se faz favor.”

Ana Cabral (Vereadora):

“Muito bom dia a todos, comunicação social, Srs. Vereadores, Sr. Presidente. Eu ouvi as declarações de todos os Srs. Vereadores, e pese embora concorde com algumas observações, principalmente a necessidade de um maior tempo de discussão, porque, de facto, é uma obra que rompe com o que nós hoje pensamos, com a geração de hoje, mas, Srs. Vereadores, é com pena que vejo algumas das observações aqui tidas hoje, e é com pena que vejo que vamos fasear esta obra, porque, de facto, esta obra ganharia as gerações de futuro. É uma obra que iria interligar e abrir o espaço central de Pombal, ligando os vários jardins, enobrecendo também as entradas na cidade. Imaginava esta obra, da forma como a vi, e como a perspetivei, uma obra realmente para as gerações de futuro.

Na altura, quando foi a obra de requalificação do Jardim do Cardal, lembro-me que muitas das observações que foram feitas era que era uma operação cirúrgica ao Jardim do Cardal. Depois, quando foi o Jardim da Várzea, já era o romper com tudo, com toda a memória, com tudo o que esta geração entendia por aquele jardim, ou por aquele espaço. E de facto, agora, com as observações que os Srs. Vereadores aqui trouxeram, independentemente de concordar que é uma matéria que carece de uma maior auscultação da população, penso que como estava projetado, e esta interligação com os vários jardins – quer o Jardim do Cardal, quer o Jardim da Várzea, quer toda a requalificação em frente à estação, tudo isto interligado iria, de facto, enobrecer e dar uma dignidade diferente à cidade de Pombal e a este centro da cidade de Pombal, abrindo-o, ampliando-o, dando-lhe um cariz, de facto, inovador e ousado, e era, de facto, arriscar.

Mas, concordo com a proposta que o Sr. Presidente acabou por fazer, respeitando também as vossas preocupações, as preocupações que foram aqui hoje plasmadas nesta reunião.”

Presidente da Câmara Municipal:

“Faça favor.”

Narciso Mota (Vereador):

“... ponderação e sensatez que teve na análise deste projeto, e na hipótese de ele ser efetivamente corrigido, com a perspetiva segura de ficar com uma obra histórica e emblemática na cidade, se retomar o projeto do Tó Zé Ribeiro e fazer, a cento e cinquenta metros de distância, uma passagem pedonal – não aérea, pedonal – subterrânea, ao lado da passagem para veículos automóveis que liga à Formiga, ao Quartel dos Bombeiros, ao centro da cidade. Fica com duas entradas, será uma obra histórica, emblemática, que mesmo que não haja candidatura – que a REFER devia ter feito essa obra em prioridade, em relação a esta que esteve aqui, que até nem tem assim muito movimento, aqui junto ao Carlos Batista – seria uma obra histórica,



MUNICÍPIO DE POMBAL

0016/CMP/20

30-06-2020

emblemática, porque dava uma vida diferente à cidade, ao Parque Industrial da Formiga, e valorizava significativamente a cidade. Fica a cento e cinquenta metros – hoje estive lá a ver, e fica a cento e cinquenta metros, mais ou menos.

Portanto, pegue nesse projeto, se não tiver candidatura, vá buscar dinheiro ao banco, e os Pombalenses, depois de terem essa obra feita, com certeza que nunca mais esquecerão a decisão oportuna, justa e necessária à valorização e à mobilidade da cidade, e à atratividade que a cidade deve ter; em termos de comodismo, em termos de perda de tempo, etc., porque esta passagem que está aqui, está sempre saturada nas horas de ponta, há ali filas de carros, e tudo. E temos agora a valorização da circular lá em cima, no Alto do Cabaço, mas se ficar ali uma passagem, não custa muito dinheiro, custa pouco, custa muito menos do que estes 4.000.000€, esta aqui é que é mais cara, mas pode-se interligar, com o apoio da REFER, que devia ter feito isso, e com a entrada de estruturas de betão, que são pré-fabricadas e são ali colocadas, e com um passeio mais largo que este para peões, ao lado, para os carros passarem, só para carros ligeiros, a cidade fica na história, valorizada e perpetuada, e fica uma marca. É uma opinião pessoal.”

Presidente da Câmara Municipal:

“Muito obrigado. Mas, isso tem que ficar para outros mandatos.

Faça favor.”

Pedro Brilhante (Vereador):

“Muito obrigado, Sr. Presidente, obrigado também aos meus colegas que falaram todos, e acho que é importante, num processo destes, termos todos a oportunidade esclarecida, calma e tranquila de podermos pronunciar-nos sobre, como volto a dizer e a reafirmar, o projeto, per se, mais caro da história do nosso concelho, sobretudo para a cidade.

E portanto, compreendendo as opiniões de todos, Sr. Presidente, e desconsiderando os comentários ao lado do projeto que aqui fez, eu vou-me cingir apenas e só às matérias que aqui estamos a falar, de forma muito clara.

Ou seja, o que eu perguntei foi o que é que estávamos à espera de vir a ter com este que é o maior investimento na malha urbana Pombalense. Era isso que eu estava a perguntar. Portanto, é algo que eu considero de primazia importância para quem paga impostos. Ou seja, eu, que sou um pagador de impostos ativo, gosto de perceber onde é que o meu dinheiro vai ser gasto, e Porquê. E portanto, acho que isto é muito importante. Eu não considero que as soluções encontradas possam ser únicas, isso não existe. E portanto, aquilo que a Ana disse, e bem, que o Pedro também falou, e bem, há questões de opção, e que eu entendo, e mais, tenho que respeitar. O que eu gostava de perceber é o Porquê da opção. E aquilo que o Sr. Presidente fez agora, parecendo que é uma decisão de consenso, a mim preocupa-me, sobretudo por este facto: é que eu estou à espera, quando se apresenta o projeto mais caro da história do nosso concelho – unipessoal, ou seja, aquele do ponto de vista da execução – que haja uma forte convicção naquilo que estamos a fazer, uma verdadeira e forte convicção. Ou seja, Srs. Vereadores, o projeto é este, a minha intenção é esta, o que eu tenho planeado para o futuro é esta solução, o que nós negociámos foi isto, o que nós queremos trazer é esta



MUNICÍPIO DE POMBAL

0016/CMP/20

30-06-2020

solução – aquilo que está planeado e o que está previsto acontecer para a frente tem a ver exatamente com estes pormenores. É a maior intervenção do ponto de vista volumétrico.

Eu não acho que a solução da ponte seja uma solução capaz, sob o ponto de vista da necessidade, ou sobretudo daquilo que possa vir a trazer de novo, mas isso é a minha opinião, e eu não tenho que estar certo. Eu até posso perceber que dentro daquilo que o senhor pensou, ele pode estar correto. Eu preciso é de saber o que é que o senhor pensou. É só isto. E quando se assume que daquilo que nós apresentámos, imediatamente, passado uma hora de estarmos a discutir, se propõe retirar qualquer coisa daquele que é o maior projeto financeiro de sempre da Câmara, bom, então percebemos que, de facto, há uma grande debilidade, muitas vezes, na forma como apresentamos as coisas. Fica claro, porque eu não quero que o senhor concorde comigo; eu quero é que o senhor me explique o Porquê, e depois podemos discordar. De facto, por isso é que as pessoas têm opiniões diferentes, e bem, e podem tê-las, e ainda bem que é assim.

Por exemplo, o Sr. Vereador Pedro Martins disse, e muito bem, que não vê necessidade de aumentar a capacidade da rodoviária, porque ela hoje cumpre o seu papel. Perfeito, é uma opinião do Pedro. Eu acho que, para mim, o que eu gostava de ver era uma negociação com a rede de expressos, uma negociação com os operadores, para perceber como é que nós, hoje, conseguimos trazer para Pombal a capacidade de deslocação em rede de expressos dos Pombalenses para zonas abaixo de Lisboa, que hoje tem que ser feita a partir de Leiria, e como é que a obra vai ser colocada desse ponto de vista. Ou seja, a obra está pensada para que melhoramentos, para que coisas a mais, para que possamos trazer coisas que não temos, e quais são, e Porquê. E é isto que se entende, do meu ponto de vista, que deve ser o investimento público. Qual é a intenção? Mais do que se fica bonito ou feio, qual é a intenção? E para mim, esta é sempre a questão fundamental, ou seja, nós estamos a apresentar um projeto de 4.000.000€ - e bem, Sr. Presidente, ninguém discorda da necessidade de requalificação. Podemos discordar se é prioritário? Com certeza que sim. Podemos considerar que este é o investimento necessário nesta altura? Com certeza que sim. Acho que é óbvio que poderíamos considerar outras opções. Mas, Porquê este, Porquê assim, porque é que, de repente, passado uma hora de estarmos aqui a discutir, já admitimos que uma das partes fundamentais do projeto possa ir à vida, por assim dizer. É frágil. Como é que nós, como decisores públicos, nos justificamos perante quem paga impostos, e lhes dizemos: bom, nós temos aqui um projeto que queremos apresentar, de 4.000.000€; se ninguém disser nada, vai assim; se alguém disser alguma coisa, propomos já aqui umas alterações.

O que eu estou a dizer é que elas podem existir; e o Vereador Michael disse, e muito bem, e julgo que também os outros Vereadores. É por isso que a discussão pública é fundamental, até para testarmos os nossos argumentos, até para os testarmos. Ou seja, eu estou, ou não, convicto disto que estou a fazer? Com convicção, eu consigo, ou não? Porque o Sr. Presidente disse há pouco, e eu acrescento – não retiro, mas acrescento: é, de facto, muito importante que os decisores tenham capacidade de decisão, concordo consigo; mas, mais, tem que haver capacidade de entusiasmar; tem que se saber dizer



MUNICÍPIO DE POMBAL

0016/CMP/20

30-06-2020

às pessoas: meus amigos, isto é o que propomos, a intervenção que propomos é esta, nesta senda, nesta vontade, nesta estratégia, neste projeto, para as pessoas entenderem que este é o caminho que verdadeiramente Pombal vai trilhar, mais do que percebermos as comparativas com outros concelhos.

E portanto, esta, para mim, foi a pergunta que eu fiz. Eu acho que ninguém ofendeu ninguém, e tivemos todas intervenções calmas, para perguntarmos que projeto é este. A Vereadora Ana Gonçalves disse, e muito bem, quer dizer, a primeira vez que olhámos para isto, a ponte, na altura, era uma coisa de tijolo, gigantesca, eu, pelo menos, só me lembro disso. Mas, a ideia estava lá, e a ideia até podia ter potencial – ou seja, não tinha que ser exatamente aquilo. A ideia podia ter potencial, com certeza, mas a vontade com que nós explicamos as coisas, aquilo que queremos trazer com as novas obras, e sobretudo esta – porque eu volto a insistir no ponto, é a maior de todas. Não estamos a falar de uma obra de requalificação; estamos a falar da obra. A questão é esta: Porquê estas soluções? Porque é que agora já consideramos que pode sair metade? Eu não entendo esta fragilidade na argumentária. É uma questão minha, ou seja, de entender que a execução de dinheiros públicos e o gasto de dinheiros públicos deve ser altamente convicta. E não há problema nenhum em estar errado, Sr. Presidente, porque podemos estar todos – aliás, eu posso dar-lhe aqui a melhor explicação do mundo sobre uma intenção que eu tenha, e vir-se a perceber que estamos errados. Não há problema nenhum, a política não trabalha na exatidão, não é contabilidade; é projeção. Mas, tem que haver convicção naquilo que estamos a fazer. E eu acredito, de alguma forma, que se quisesse fazer um projeto que melhorasse alguma coisa, mas não percebi o quê.

Eu acho que há um grande potencial, se percebermos o que é que queremos trazer, na ligação intermodal. Nós estamos aqui há duas horas, e o que eu gostava de ter ouvido – e foram as minhas perguntas, foram nesse sentido – é na relação de transporte, que é para dentro e fora do concelho – não estamos a falar aqui dentro, é para fora, ou para a chegada, ou para a partida, é destes que estamos a falar – relativamente a isto, o que é que se pensou, Porquê estas soluções. Porque a obra é essa, a obra não é a do Pombus, isso é outra coisa; a obra é chegar e partir gente, como é que nós pomos mais gente a chegar, e aqueles que precisem de ir, voltem mais rápido. É disto que estamos a falar, como é que a utilização das interfaces é feita de forma mais escorreita, como é que nós percebemos que estes 4.000.000€ que são utilizados aqui vêm trazer um benefício para a cidade – e depois disse, e muito bem, também o Sr. Presidente, para o concelho, porque uma cidade forte dá um concelho forte, e isto é uma verdade inequívoca; uma cidade forte dá um concelho forte. Como é que nós estamos a pensar nisto? Não podemos reduzi-lo, com toda a honestidade, a uma ponte pedonal, não dá para convencer ninguém assim. E eu preciso justificar – porque como disse, e bem, sou o mais novo na mesa, e sei o que é que a minha geração pensa sobre os investimentos públicos, e tem uma visão crítica sobre os mesmos, é uma questão geracional, ter-me aqui a mim, ou uma pessoa parecida comigo, seria muito semelhante, porque a nossa opinião é esta, relativamente aos investimentos públicos, têm que ter objetivo, têm que



MUNICÍPIO DE POMBAL

0016/CMP/20

30-06-2020

estar consolidados, têm que ter uma matéria de fundo clara, do ponto de vista da captação. Olhamos para as prioridades da cidade, e percebemos que esta é uma prioridade? Percebemos todos que não. Então, tem que nos convencer que o maior investimento que vai fazer na cidade é, de facto, prioritário, mesmo quando todos nós percebemos que ele não é, ou que pelo menos vai ajudar às prioridades. Essa é a questão.

Portanto, Sr. Presidente, mais uma vez, restringindo-me apenas ao que aqui está, esquecendo a poeira toda que se tentou colocar aqui na discussão, relativamente a este, que é o maior investimento de todos, porque é que agora, afinal, já podemos tirar, podemos ouvir, podemos mudar? Eu não entendo isto. Eu posso estar errado, toda a gente pode estar errada; quem propõe, é que não me parece que possa, ou não possa ter esta fundamentação.

Portanto, Sr. Presidente, confirmou, infelizmente, as minhas preocupações, e de facto, acho que não podemos estar responsabilmente a responder às populações que pagam impostos com este nível de ponderação. É isto que eu acho, Sr. Presidente. Posso estar errado, mas é o que eu acho.”

Presidente da Câmara Municipal:

“Muito bem. Muito obrigado, Sr. Vereador.

A reunião de Câmara começou com uma intervenção minha, de cerca de quinze minutos, a sintetizar aquilo que o Sr. Vereador, se tivesse chegado a horas, teria tido ocasião de ouvir, como ouviram os restantes Vereadores. Mas, para além disso, eu sempre lhe recomendaria – porque não lhe vou fazer esse trabalho – que lesse os seguintes documentos que estão disponíveis: o Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano, que foi aprovado há quatro anos, talvez cinco, que foi discutido na Assembleia Municipal que, na altura, o senhor integrava, e foi aprovado pela Câmara. Desse Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano, que consubstanciou uma candidatura que foi aprovada, faziam parte um conjunto de intervenções que a nossa candidatura integrou no seu programa eleitoral para serem executadas, onde estão as prioridades. E se for lá ver, esta obra está lá especificamente.

Se houvesse dúvidas, sempre podia ter lido a consequência da aprovação do PEDU, que é a área de regeneração urbana, que foi aprovada nesta Câmara. Depois, foi feita a operação de regeneração urbana, que também aqui foi aprovada. E antes disto tudo, tinha havido também, já depois da aprovação do PEDU por parte da Comissão de Coordenação e do PO Regional, a aprovação do masterplan.

Portanto, Srs. Vereadores, o conjunto da informação substancial, de fundamento, de enquadramento, de explicação dessas dúvidas todas, está em pelo menos quatro documentos. E portanto, estão disponíveis, eu não posso obrigar ninguém a lê-los, mas sempre percebemos que quem não os leu, acabou de mostrar que, de facto, não os conhecia – e não há mal nenhum nisso, mas também não se pode decidir bem se não conhecemos esses fundamentos, também se aplica ao resto.

Eu acho é que o senhor, depois, também confunde aqui duas coisas, que é convicção com imposição. São termos diferentes, porque se o senhor vem para uma discussão irreduzível, ganha em convicção, e perde em quê? E essa é uma grande diferença que nós temos, é que eu não me sinto diminuído, nem acho que o processo seja diminuído,



MUNICÍPIO DE POMBAL

0016/CMP/20

30-06-2020

porque não retirámos nada, não se retirou daqui nada, é exatamente a mesma coisa, propôs-se não fazer já, que é uma coisa diferente. E portanto, a diferença que aqui está é esta: a minha convicção, a minha determinação, a minha certeza, e ouvir o órgão, que nos remete para outra coisa que também não é agradável. Sabe o que é? É partir do pressuposto – e os senhores partem, alguns dos senhores, por defeito, e mal – que o Presidente da Câmara é que não respeita o órgão. Mas, pelos vistos, o que hoje fica aqui patente também é que há quem entenda que este órgão não serve para nada. E este órgão serve precisamente para isto: não é para discutir as convicções, é para discutirmos se há ou não há imposições. E portanto, mais execução direta de respeito pelos membros deste órgão, mesmo que eles não conheçam os documentos que estão a ser discutidos, é impossível. Aliás, em alguns casos, ao Presidente da Câmara também assiste perceber e tomar posição quando se chegar à conclusão que ninguém leu os documentos, e que ninguém está a ter muita consciência naquilo que está a fazer; porque eu também percebo. Pelas perguntas que me fazem, percebo quem é que leu, quem é que conhece, quem é que se interessou. Nós não podemos fazer política porque nos mandam fazer política. Eu não tenho opinião sobre a central de camionagem porque me mandaram um projeto; eu tenho opinião sobre a central de camionagem porque tenho um pelouro, porque penso no futuro, porque quero uma opção política, e vou desenvolver uma estratégia assente nisso. Isso é que é fazer as políticas. Fazer as políticas não é moço de recados. “É preciso fazer esta candidatura”, e eu faço a candidatura; “é preciso fazer esta obra”, e faço a obra; “é preciso contratar aquele espetáculo”... Não, isso não é política nenhuma, isso não é política; isso é outra coisa qualquer, mas política, não é.

E portanto, nós estamos aqui para discutir; este órgão é um órgão colegial, Srs. Vereadores. Tenha o Presidente os Vereadores todos, não tenha, é um órgão colegial. Portanto, quando o senhor, em concreto, mistura convicção com imposição, eu estou igualmente convicto; o que eu lhe estou a dizer é que o projeto que aqui está é exatamente o mesmo, vai ser aprovado, e é exatamente o mesmo. Vamos faseá-lo? Vamos. Porquê? E não é questão financeira, Sr. Vereador, a questão financeira aqui vale o que vale; a questão aqui tem a ver com algumas observações que os Srs. Vereadores aqui fizeram. E repare uma coisa, eu percebo que talvez para si a reflexão sobre este projeto tenha começado quando aqui entrou, e que ache que tenham sido estas duas horas e meia de discussão que lhe despertaram essa leitura, mas eu não trabalho assim. Eu ando a pensar nisto há anos – há anos. E portanto, conheço as opiniões, reitero o que disse há pouco, as opiniões dos senhores evoluíram em sentidos que não têm todos o mesmo propósito – uns são genuínos e coletivos, os outros são individuais e pessoais, claramente – mas, não é a mim que prejudicam. A mim, não me prejudicam em nada, porque eu executo aquilo que a Câmara decidir, é para isso que cá estou, respeitando o órgão. Não imponho aqui coisa nenhuma.

E portanto, submeter um programa eleitoral aos Pombalenses, dar a nossa cara por esse programa, inscrever poucas – e esta é uma das poucas obras que está expressamente inscrita nesse programa eleitoral, e depois dizer que não é uma prioridade, isso é que é uma falta de convicção, que foi aquilo que o senhor nos



MUNICÍPIO DE POMBAL

0016/CMP/20

30-06-2020

mostrou. Mas, repare, também não é uma novidade, porque em bom rigor, nós percebemos que em algumas matérias que tivesse tido à sua responsabilidade, como elas não eram prioridade para si, você não as cumpriu bem, e prejudicou o órgão, que tinha um propósito, e prejudicou o compromisso eleitoral que tinha com os cidadãos. Foi o que o senhor fez em algumas matérias. E isso é uma evidência. E aí, o que é que voltamos a ter? “Eu”, eu é que decido, eu é que tomo a decisão de não fazer. Está no programa eleitoral? Sim. Está no programa de atividades municipais ou no Plano Plurianual de Investimentos? Sim, mas eu não vou fazer, não estou para isso. Isso já é um bocadinho mais do que falta de convicção, é outra coisa, mas não tem nada a ver com a interface, que é o que estamos aqui a discutir.

O assunto está discutido. Enquanto o senhor não ler o PEDU, a ARU, a ORU e o masterplan, eu acho que teremos muita dificuldade em poder falar sobre o assunto.”

Pedro Brillhante (Vereador):

“Sr. Presidente, é exatamente por causa dessa sua observação – e como disse, vou desconsiderar as outras todas, porque acho que provam isto que vou acabar de dizer, Sr. Presidente. Eu li todos os documentos, como deve calcular, eu não ando aqui a dormir. E o que prova, Sr. Presidente, o facto de não estar lá, de facto, nada – que não está, e o senhor confunde, dizer “estratégia” à frente de palavras, não é estratégia nenhuma, e aí sim, é preciso estudar, Sr. Presidente. A questão aqui é que não está lá nada, e se estivesse, Sr. Presidente, o senhor teria todo o gosto em poder contrariar-me; mas, como não me pode contrariar, tenta ofender-me. E se conseguisse, em dois minutos, perceber e falar da estratégia que tem escrita, que não tem, era muito mais fácil do que tentar ofender aqueles que facilmente o desmontam. E essa, Sr. Presidente, é uma clarividência, e algo que ficou clarinho agora, com a sua intervenção. É que podia ter, de facto, contrariado aquilo que eu disse, podia ter dito: “Olhe, Sr. Vereador, anda a dormir”, e está aqui e aqui, e dizia-me, porque a estratégia diz-se em dois minutos. Mas, não, como não tem, tem que ofender. E portanto, fica claro, fica clarinho. Eu li-os todos, e não está lá nada, Sr. Presidente. Não confunda organização com estratégia, são coisas diferentes.

O resto, é o seu estilo, já conhecemos, não tem mal nenhum, mas agradeço-lhe o facto de ter confirmado a minha convicção. E mais, na leitura, de facto, não há, e isso preocupa-nos a todos.

Obrigado.”

Presidente da Câmara Municipal:

“Muito bem. Eu remeto-lhe o áudio, para o senhor o ouvir.”

A Câmara deliberou, por maioria, com os votos a favor do Senhor Presidente da Câmara e dos Senhores Vereadores Pedro Murinho, Ana Cabral e Pedro Martins, com quatro votos contra dos Senhores Vereadores Pedro Brillhante, Narciso Mota, Michael António e Odete Alves e com uma abstenção da Senhora Vereadora Ana Gonçalves, aprovar, através do uso do voto de qualidade pelo Senhor Presidente da Câmara, o projecto de execução, o programa de concurso, o convite, o caderno de encargos e a constituição do júri do procedimento e abrir concurso público com vista à execução da empreitada, bem como delegar no júri do procedimento, a



MUNICÍPIO DE POMBAL

0016/CMP/20

30-06-2020

prestação de esclarecimentos às peças do procedimento, nos termos da alínea a) do n.º 5 do artigo 50.º do CCP.

1.1.2. - Remodelação/Beneficiação do Reservatório do Ourão

Foi presente à reunião a informação de despesa n.º 13/UA/20, da Unidade de Águas, datada de 25.06.2020, que a seguir se transcreve:

"Ex.mo Senhor Presidente,

1. FUNDAMENTO DA NECESSIDADE

Considerando que, os Reservatórios R0 e as captações localizadas na Qta. do Ourão, freguesia de Redinha foram construídos há 33 anos, exceto o furo MF8 que foi construído há 15 anos e todo o equipamento (elétrico e eletromecânico) existente apresenta um considerável estado de degradação e alguma inoperacionalidade;

Propõe-se a substituição dos quadros elétricos, exceto do furo MF8 com a substituição das válvulas elétricas por variadores de velocidade, a instalação de um novo grupo eletrobomba na EEA, construção civil, tratamento das células interior e exterior, da cuba, arranjos exteriores e substituição de parte da conduta elevatória em FFD DN400mm.

2. OBJECTO DA EMPREITADA

Remodelação/ Beneficiação do Reservatório de Ourão, que inclui a reabilitação do sistema de captação e elevação de Ourão, nas componentes de equipamento elétrico e eletromecânico, construção civil e arranjos exteriores (envolve os furos LF1 e LF2 e MF8, Reservatórios de Regularização e Câmara de Manobras) e substituição de parte da conduta elevatória em FFD DN400mm.

3. PRÉVIA REVISÃO DO PROJECTO

Não se procedeu à revisão do projeto de execução, por não ter sido ainda publicado o diploma que estabelece o regime aplicável à citada revisão, conforme o n.º 3 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 149/2012, de 12 de Julho, e também pelo facto de não se enquadrar na empreitada em questão.

4. VOCABULÁRIO COMUM PARA OS CONTRATOS PÚBLICOS – CPV

Vocabulário Principal – 45259000-7, Reparação e Manutenção de Instalações.

5. PREÇO BASE DO CONTRATO

O preço base é de € 285 000,00 (duzentos e oitenta e cinco mil euros, excluído de IVA, pelo regime da Autoliquidação).

Fundamenta-se o preço base apresentado de acordo com o n.º 3 do art.º 47.º do CCP, ou seja, a partir de uma média de custos unitários, resultantes de anteriores procedimentos para a mesma natureza de trabalhos.

Prevê-se que, considerando o prazo de execução definido em 9., que os encargos ocorram no ano de 2020 com € 100 000,00 e no ano de 2021 com € 185 000,00.

6. FUNDAMENTO DO PROCEDIMENTO DE CONTRATAÇÃO

Concurso público sem publicação de anúncio no JOUE, nos termos da alínea b) do Artigo 19.º do Código dos Contratos Públicos, na sua atual redação.

7. INSCRIÇÃO NOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS



MUNICÍPIO DE POMBAL

0016/CMP/20

30-06-2020

A obra encontra-se prevista no PPI devidamente aprovado, para o quadriénio 2020 - 2023, no objetivo 2.4.4., coma classificação orgânica/económica 02/07.01.04.07 e com o código/ ano/ número do projeto/ ação 0422/2020/13.

8. ENTIDADES A CONVIDAR

Não aplicável por força do referido em 6.

9. PRAZO DE EXECUÇÃO

Propõe-se o prazo de execução de 150 dias.

10. PROPOSTA DE CRITÉRIOS DE ADJUDICAÇÃO

A adjudicação será feita à proposta economicamente mais vantajosa para a entidade adjudicante, determinada pela modalidade de avaliação do preço ou custo enquanto único aspeto da execução do contrato a celebrar, nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 74.º do CCP.

11. ADJUDICAÇÃO POR LOTES

Não é aplicável a adjudicação por lotes, em virtude de se revelar mais eficiente para a entidade adjudicante a gestão de um único contrato, considerando os imperativos técnicos de execução, conforme previsto na alínea b) do n.º 2 do Artigo 46.º - A do CCP.

12. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

Para os devidos efeitos, foi tido em consideração o enunciado no Artigo 49.º do Código dos Contratos Públicos.

13. CONSTITUIÇÃO DO JÚRI DO PROCEDIMENTO

Nos termos do n.º 1 do Artigo 67º do CCP, propõe-se a designação do seguinte júri:

- Presidente – Joaquim Manuel Rodrigues Costa – Eng.º;*
- Vogal efetivo – Luís António Ferreira – Eng.º;*
- Vogal efetivo – Abel Fernando de Meneses Moutinho – Eng.º;*
- Vogal suplente – Artur Jorge Patrício Gaspar – Eng.º;*
- Vogal suplente – Luís Filipe Rolo Gameiro – Coordenador Técnico;*
- Vogal suplente – Júlia Paula Baptista Gaspar Póvoa – Assistente Técnico;*
- Vogal suplente – Cristina Maria Carvalho Marques – Assistente Técnico;*
- Vogal suplente – Dulcília Silva Olaio Jordão – Assistente Técnico.*

14. DELEGAÇÃO NO JÚRI

Propõe-se ainda, com fundamento no n.º 2 do Artigo 69.º do CCP, que seja delegada no Júri, a prestação de esclarecimentos às peças do procedimento, nos termos da alínea a) do n.º 5 do Artigo 50.º do citado Código.

15. GESTOR DO CONTRATO

Conforme previsto no Artigo 290.º-A do CCP, deve o contraente público designar um gestor do contrato, com a função de acompanhar permanentemente a execução do mesmo, propondo-se para o efeito o Eng.º Joaquim Costa.

16. COORDENAÇÃO DE SEGURANÇA

Nos termos e para os efeitos previstos no Artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 273/2003, de 29 de Outubro, propõe-se que seja nomeado o Eng.º Hugo José dos Santos Maia, como Coordenador de Segurança em obra.

17. ESPECIFICAÇÕES DO PROCEDIMENTO

Anexa-se, para efeitos de aprovação e decisão, Peças Desenhadas, Anúncio, Caderno de Encargos, Compilação Técnica, Memória Descritiva, Plano de Prevenção e Gestão



MUNICÍPIO DE POMBAL

0016/CMP/20

30-06-2020

de Resíduos de Construção e Demolição da fase de Projeto, Plano de Segurança e Saúde – Fase de Projeto, Programa de Procedimento, Medições, Orçamento e ficha com os elementos do procedimento.

À consideração de V. Exa."

Presidente da Câmara Municipal:

"Faça favor."

Michael António (Vereador):

"Muito rapidamente, eu tive o cuidado de ler, sobretudo a parte técnica, nomeadamente o parecer do Eng.º Joaquim Costa. Efetivamente, sempre se disse aqui nesta casa, e no passado, que o sistema de abastecimento integrado ao Concelho de Pombal se faria a partir da Mata do Urso, está executado, está em funcionamento, foi um investimento de 25.000.000€, mas sempre foi dito que os mais de trinta furos que existem espalhados pelas freguesias de Pombal, que haveriam de ser mantidos e garantidos como reserva estratégica, e como um seguro, digamos assim, caso algum dia aconteça alguma coisa – espero bem que não, a conduta também é paralela, e portanto, tem sempre um sistema de bypass, a que vem da Mata do Urso.

Mas, dizer o seguinte: evidentemente que vou votar favoravelmente. E o Eng.º Costa diz aqui uma coisa, que é confirmar o óbvio: além disto, tem que se pensar em renovar a conduta de ligação à cidade de Pombal, porque, infelizmente – e os senhores sabem – é em fibrocimento, e aquilo acompanha a Nacional 1, e quantas vezes é que não andámos ali com problemas de abastecimento de água, interrupções, porque aquilo é uma casquinha, e já tem décadas e décadas.

E portanto, Sr. Presidente, dizer-lhe isto: eu acho que, assim que fosse possível, lançar também esse procedimento, ou seja, trazer uma conduta do Ourão até aos reservatórios gravíticos. Eu sei que não vai ser barato, mas é uma obra fundamental, a pensar no futuro, porque a água, infelizmente, vai ser o futuro para a maior parte das comunidades, e quando ela começar a escassear, seja em quantidade ou qualidade, eu espero que nós estejamos todos prevenidos para isso.

Muito obrigado."

Presidente da Câmara Municipal:

"Muito bem.

Srs. Vereadores, nós temos nesta altura oito captações ativas, e portanto, não estamos totalmente dependentes das captações da Mata do Urso, precisamente dentro desta lógica. Este ano, fechado 2019, ficámos muito, muito perto dos quatro milhões de metros cúbicos captados – três milhões, novecentos e noventa e nove – é um valor muito expressivo em termos globais. Temos, de acordo com o nosso cadastro, mil, trezentos e oitenta e cinco quilómetros de rede de água construída no nosso concelho – para terem a dimensão disto – setenta e três reservatórios, que nos garantem, mais ou menos, trinta e dois mil metros cúbicos – o que significa que nós temos capacidade de reserva que nos dá para cerca de três dias – que é, aliás, um dos objetivos que tínhamos no documento de enquadramento estratégico que a Câmara aprovou para execução de todas as candidaturas de água e de saneamento há uns anos atrás, que sob o ponto de vista gravítico, através dos reservatórios que estão em toda aquela linha mais alta da



MUNICÍPIO DE POMBAL

0016/CMP/20

30-06-2020

Nacional 1 e nos reservatórios de segunda linha que estão igualmente alinhados com estes, uma capacidade de reserva que nos garanta quarenta e oito a setenta e duas horas de autonomia funcional, sem energia elétrica, só em cargas e armazenagem. E por isso estes setenta e três reservatórios, que suportam trinta e dois mil metros cúbicos de água. E portanto, se fizerem as contas a três ou quatro milhões de metros cúbicos captados, dividindo por trezentos e sessenta e cinco, temos pouco mais de onze mil metros cúbicos por dia de consumo, trinta e seis, são três. Portanto, quando se diz que temos uma capacidade, se tivermos aqui um problema elétrico, um shut down elétrico que nos impeça de abastecer as águas, à partida temos condições gravíticas para abastecer entre trinta e seis e setenta e duas horas – até porque isso, depois, está associado a picos de consumo. Mas, o que é certo é que tirando situações muito pontuais, a fiabilidade do nosso sistema nesse aspeto tem sido muito boa, a qualidade da água tem aumentado.

E sobre esta proposta do Sr. Vereador, a única matéria que ainda está aqui pendente é a própria avaliação da parte dos serviços técnicos relativamente às características da intervenção proposta para fazer a requalificação da conduta do Ourão. Por isso é que eu acho que o encamisamento pode ser a solução mais adequada, que não nos obriga a especiais negociações com a Infraestruturas de Portugal, pode tirar-nos um bocadinho de secção, mas se ganharmos em armazenagem, compensávamos a diferença. E eu acho que isto tem que ser ponderado, ou seja, temos mais capacidade de conservar a água, a secção é relativamente diminuída, a conduta parece ser mais rapidamente executada. Mas, é uma questão técnica.

Agora, o que eu acho que é praticamente impossível é nós conseguirmos fazer uma conduta mais ou menos com o mesmo traçado ao longo da Nacional 1. Acho que não vamos ter sucesso nenhum se fizermos esse pedido. Aliás, normalmente temos observações, quando temos de fazer intervenções de requalificação ao longo da Nacional 1.”

A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar as Peças Desenhadas, o Anúncio, o Caderno de Encargos, a Compilação Técnica, a Memória Descritiva, o Plano de Prevenção e Gestão de Resíduos de Construção e Demolição da fase de Projeto, o Plano de Segurança e Saúde – Fase de Projeto, o Programa de Procedimento, as Medições, o Orçamento e a ficha com os elementos do procedimento, bem como a constituição do júri do procedimento e abrir concurso público com vista à execução da empreitada, de harmonia com a informação supra transcrita.

Mais, deliberou, por unanimidade, com fundamento no n.º2 do artigo 69.º do Código dos Contratos Públicos, delegar no júri do procedimento, a prestação de esclarecimentos às peças do procedimento, nos termos da alínea a) do n.º 5 do artigo 50.º do citado Código.

1.1.3. - Beneficiação das instalações da Casa Varela (Obras de acabamentos) Proc. N.º 04/2019 Trabalhos complementares e trabalhos que não executados

Foi presente à reunião a informação n.º 73/DOVM/20 da Divisão de Obras Públicas,



MUNICÍPIO DE POMBAL

0016/CMP/20

30-06-2020

datada de 22.05.2020, que a seguir se transcreve:

1- Para os devidos efeitos informo V. Exa. que esta obra foi adjudicada à firma SOTEOL - SOCIEDADE DE TERRAPLANAGENS DO OESTE, LDA, pelo valor de € 517.000,00

2. Mais informo, V. Exa que, em 20/12/2019 foi aprovado pelo dono de obra uma alteração ao projeto no sentido de se alterar a cave, inicialmente este espaço era destinado a espaço de restauração, tendo naquela data sido aprovado a alteração para que este espaço se destinasse a para sala de ensaios/exercícios performativos/espetáculos intimistas. (anexo certidão da ata de reunião de 20/12/2019)

3- Em 12-3-2020 a equipa projetista conclui o projeto de alteração com a entrega do ultimo projeto de alteração, no caso o projeto de segurança Contra Incendio

4- Anexo o projeto de execução de arquitetura para aprovação.

5- Destas alterações existe a necessidade de executar alguns trabalhos complementares, bem como não se executarão alguns trabalhos que não necessitam de ser executados.

6- Trabalhos Complementares- Apresenta-se QUADRO I-Trabalhos complementares a preços acordados, que são os trabalhos complementares que são necessários executar para que se execute a alteração aprovada, bem como alguns trabalhos complementares que se entende apresentar ao Dono de Obra para aprovar, no sentido de melhorar os espaços deste edifício, e que resumidamente são os seguintes:

- Trabalhos que são necessários executar para executar a alteração aprovada:

- Demolições de paredes

- Execução de carreteis

- Execução de Portas Acústicas

- Execução de reforço de tecto falso para melhorar as condições de isolamento acústico

- Execução de revestimentos de paredes de material de absorção acústico, afim de melhorar o comportamento acústico do espaço

- Execução de porta de correr.

- Estes trabalhos têm o valor de 19 750.77€

- Trabalhos que se sugere a sua execução no sentido de melhorar a funcionalidade dos espaços:

No piso 1 e 2, não foram previstos armários para arrumos nos espaços amplos destinados a Co Working, na nossa opinião será muito vantajoso nos pisos 1 e 2 que se autorize a execução de 4 armários destinados a arrumos diversos, como já estão previstos no piso 0 e nas salas de reuniões.

Sendo estes espaços destinados a Open Space - Co working, fará todo o sentido a existência destes armários destinados a arrumos e apoio administrativo das empresas ou indivíduos que venham a trabalhar nesses espaços, assim sugere-se a execução destes 4 armários nestes dois espaços.

Nas escadas propõem-se que se mande executar uma guarda de vidro semelhante (esteticamente) á guarda e vidro do saguão, no entanto apoiada com dispositivo próprio nas laterais das escadas, para tal não se executará o corrimão previsto, bem como se terá de demolir as paredes existentes, esta solução é esteticamente mais apelativa visto que a solução preconizada no projecto era a de uma escada ladeada em ambas as faces



MUNICÍPIO DE POMBAL

0016/CMP/20

30-06-2020

de uma parede pintada e um corrimão, inicialmente esta era a solução adequada visto que as condutas de exaustão de fumos do restaurante da cave, estavam previstas serem alojadas na bomba das escadas, como o projecto foi alterado, deixou de fazer sentido ser esta a única solução adequada, sendo nossa opinião que será mais adequado esteticamente a existência de uma guarda em vidro nas escadas tornando as escadas um elemento visualmente mais adequado e com uma apresentação visual moderna e adequado aos tempos modernos, em vez de termos umas escadas ladeadas com umas paredes de alvenaria fechadas e algo claustrofóbicas, pelo o que se sugere que se manda executar as guardas de escadas numa guarda de vidro.

Estes trabalhos teem o valor de 19 620.40€, sendo previstos nestes armários muitas prateleiras para apoio administrativo aos espaços.

A totalidade dos trabalhos complementares teem o valor total de 39 371.17€

7. Quadro II - Compilação dos trabalhos não executados desta obra devido a alteração aprovada, que se anexa, e com um valor global apurado de 38 020.16€

Que resultam resumidamente de:

- Não é necessário fornecer e instalar os equipamentos de cozinha, não é necessário fornecer e instalar a hotte e a deteção de gás, não é necessário executar o corrimão.

8-Assim e em conformidade com o que foi resumidamente descrito nos pontos anteriores, solicito aprovação por parte de V. Exa. dos trabalhos mencionados nos referidos mapas de quantidades assim como dos preços propostos, para que posteriormente se possa proceder á elaboração do auto de trabalhos complementares, bem como a aprovação do projeto de alterações. Mais referimos que, os preços propostos, foram já alvo de negociação, tendo alguns deles sido objecto de redução por parte do empreiteiro, e entende-se que são preços vantajosos para o município, julgo que assim seja de ser aceites por parte de V.Exa.

9-Informo V.Exa. que o valor contabilístico entre os trabalhos complementares e os trabalhos que não se executam é de cerca de +1 351.01 € o que corresponde a cerca de 0.26% do valor da obra. Pelo o que será este o acréscimo ao valor da empreitada com a aprovação dos trabalhos anteriormente descritos."

A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar os trabalhos a mais e a menos, nos termos da informação supratranscrita.

1.2. Regulamentos, Normas de Controlo, Normas de Funcionamento e Planos de Prevenção

1.2.1. - Norma de Controlo Interno do Município de Pombal Versão 05

Foi presente à reunião a Norma de Controlo Interno do Município de Pombal (versão 05), que se dá por integralmente reproduzida e que fica arquivada nos respetivos serviços.

ACâmara deliberou, por unanimidade, aprovar e manter em funcionamento a Norma de Controlo Interno do Município de Pombal - (Versão 05) - adequada às funções/atividades da Autarquia, assegurando o seu acompanhamento e avaliação permanente, nos termos supra mencionados;

Mais deliberou, por unanimidade, remeter a cópia da Norma de Controlo Interno,



MUNICÍPIO DE POMBAL

0016/CMP/20

30-06-2020

agora aprovada, às entidades referidas na Norma, nos termos aí mencionados.

2. Aprovação por minuta

A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a ata por minuta, para efeitos imediatos.

Não havendo nada mais a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrada a reunião, eram treze horas, da qual para constar se lavrou a presente ata, que eu Virginia Moderno, redigi, subscrevo e vai ser assinada.